



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE - PRODEMA

MARCELLA ESCOBAR DA COSTA

UM NEGRO OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DE UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA

FORTALEZA

2013

MARCELLA ESCOBAR DA COSTA

UM NEGRO OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DE UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Organização do espaço e desenvolvimento sustentável.

Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

FORTALEZA

2013

MARCELLA ESCOBAR DA COSTA

UM NEGRO OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DE UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA

Aprovada em 02/08/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Joselina da Silva
Universidade Federal do Cariri – UFCA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar
Universidade Federal do Ceará - UFC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C874n Costa, Marcella Escobar da.
Um negro olhar sobre o desenvolvimento: : análise de uma comunidade quilombola /
Marcella Escobar da Costa. – 2013.
78 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio.
1. Quilombolas. 2. Mediações. 3. Desenvolvimento. I. Título.

CDD 333.7

Para Yvan, Beatriz e Maria Inês,
companheiros dessa jornada.
Semeadura de força, amor e coragem.

*“Me vejo no que vejo.
Como entrar por meus olhos
em um olho mais límpido...
Perceber é conceber...”*

RESUMO

Esta dissertação é uma análise de parte da realidade da comunidade quilombola Conceição dos Caetanos, no município de Tururu-CE, analisando-a enquanto uma importante experiência (e perspectiva) negra do rural cearense. Nela está presente um pouco da história do território quilombola desta comunidade, inserida no processo histórico de formação do território cearense. Também são enfatizados neste trabalho, processos de mediação político-cultural existentes nessa realidade, trazendo à luz forças e poderes que vêm se entrelaçando nessa comunidade, e de que forma contribuem na luta política pelo auto-reconhecimento do diferencial étnico/racial dos Caetanos. O objetivo central é discutir a perspectiva de desenvolvimento vivenciada por essa comunidade, ressaltando os traços identitários. A partir de uma metodologia que mesclou ferramentas de pesquisa, o trabalho estruturou-se através do levantamento de dados secundários, do uso de questionários, entrevistas clássicas e semiestruturadas. Foram levantados dados das condições de vida dos Caetanos, relacionando-os com a ideia de desenvolvimento. A questão negra é analisada em interface com a questão agrária brasileira, que se entrelaça com a história de ocupação, produção e vida dos Caetanos. A pesquisa apresenta nas suas interpretações finais características e novas correlações sociais, que desenham uma realidade da comunidade dos Caetanos, produzida em associação à atuação dos mediadores, que ainda são desafiados a apreender a mediar dois sistemas de conhecimento; fazendo com que a mediação se aproxime de um cenário e não propriamente de uma ação emancipatória, tão importante quando se fala de desenvolvimento de uma comunidade tradicional ou quilombola.

Palavras-chave: Quilombolas, Mediações político-culturais, Desenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation is an evaluation of the partial reality of the *quilombola* community of Conceição dos Caetanos (Tururu, State of Ceará), analyzing it as an important black experience (and perspective) of the rural areas in the State of Ceará. There is a little of history of the *quilombola* territory in this community, which is inserted in the historical process of formation of Ceará territory. Politico-cultural mediations processes existing in this reality were also emphasized in this study showing powers and forces that intertwine, and how they contribute in political struggle for auto-recognizing of the ethnic/racial differential of Caetanos community. The main purpose is to discuss the perspective of development experienced by this community, highlighting the identifying features. Based in a methodology that joined research tools, this work was structured through of surveys of secondary data, besides the application of questionnaires, classical and semi-structured interviews. Data from living conditions of the local population were collected, relating them to the idea of development. The black issue was analyzed in interface with the Brazilian agrarian question, which intertwines with the history of occupation, yield and life in the community of Conceição dos Caetanos. This study presents new characteristics and social correlations that outline a reality of the local population, produced jointly with the activity of the mediators, which one are still challenged to assimilate to mediate both knowledge systems, causing mediation approaches a scenario and not exactly of an emancipatory action, so important when it comes to developir traditional or a *quilombola* community.

Key-words: *Quilombola*, Politico-cultural mediation, Territorial development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CERQUIRCE	Comissão Estadual das Comunidades Rurais do Ceará
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao trabalhador
FCP	Fundação Cultural Palmares
FNB	Frente Negra Brasileira
GRUNEC	Grupo de Valorização negra do Cariri
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MNU	Movimento Negro Unificado
NACE	Núcleo de Africanidades Cearenses
NUER	Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MINC	Ministério da Cultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PRODEMA	Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente
UFC	Universidade Federal do Ceará
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	11
2 TESSITURA DA PESQUISA.....	17
3 MEMÓRIA QUILOMBOLA: TERRA E IDENTIDADE	30
3.1 O “LUGAR” QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO CEARENSE.....	31
3.2 TERRA E FAMÍLIA.....	41
4 MEDIAÇÕES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO (ETNODESENVOLVIMENTO).....	47
5 NÚMEROS QUE REVELAM.....	56
5.1 A PARTICIPAÇÃO EM NÚMEROS.....	61
6 INTERPRETAÇÕES E CONCLUSÕES.....	65
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

1 - INTRODUÇÃO

O negro olhar sobre o desenvolvimento representa a análise da pesquisadora negra, que no processo de crescimento profissional trilha trajetórias rurais em territórios diferentes, mas com traços da mesma materialidade de origem. As trilhas rurais trouxeram à memória caminhos percorridos em minha origem mineira, que revelam a herança cultural, simbólica e material. O rural cearense se apresentou em meu caminho, a partir do trabalho de elaboração de Planos de Desenvolvimento em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária - PDA's. Neste momento a discussão de modelos de desenvolvimento compôs o itinerário de leituras. Ao mesmo tempo em que as observações da realidade rural foram percebidas pelo olhar de geógrafa, senti necessidade de caracterizar melhor a perspectiva de análise, e me descobri como pesquisadora negra lendo a realidade da Comunidade rural Conceição dos Caetanos localizada no município de Tururu no interior do Ceará, que vive o processo de reconhecimento étnico/racial.

O processo de reconhecimento da comunidade dos Caetanos se mistura ao desvelar da minha própria identidade. Portanto, o olhar que pesquisa passa de ferramenta metodológica para ser também objeto de pesquisa. O engajamento inevitável se contrasta com o distanciamento prudente na tessitura do texto e na minha construção como sujeito. Na pesquisa que faço desta comunidade, já estudada por outros intelectuais procuro discutir que forças e poderes se entrelaçam no atual contexto histórico político e social. Que percurso teórico, conceitual e prático, esse processo percorreu? Quem esteve envolvido nele? Sob que condições o Estado Brasileiro reconhece e afirma as múltiplas identidades de seu povo? Que debate pode ser construído com base no conceito de *desenvolvimento* no contexto de uma comunidade quilombola que constrói sua luta política na realidade das comunidades rurais? Estas questões motivaram a discussão presente neste trabalho, que, se construiu com base na temática da questão quilombola, do conceito de desenvolvimento e das mediações político-culturais na Comunidade Conceição dos Caetanos no município de Tururu, Ceará.

Os elementos históricos que fundamentam as questões centrais deste estudo são importantes para compreendê-lo, pois ajudam a entender a formação do território brasileiro; assim como a formação dos quilombos no país e as marcas de sua inserção na cena política.

O processo de independência do Brasil caminhou lado a lado com revoltas e batalhas nas quais negras e negros escravizados (e livres) tiveram sempre forte atuação. Um exemplo nítido é a atuação maciça de negras e negros nas lutas pela Independência da Bahia, movimento iniciado em 1821, um ano antes da Independência do Brasil, com forte adesão popular e sentimento federalista que buscava a separação da Província da Bahia da corte portuguesa. Foram várias as batalhas, e apesar de perder algumas, o movimento baiano terminou por expulsar os portugueses. Mesmo quando estavam em desvantagem, os rebelados baianos reagiam às tropas portuguesas com todas as armas que tinham à disposição, inclusive pedras. As pedras atiradas pela multidão de negras (os) não negavam apenas a submissão do Brasil a Portugal, mas configuravam uma reação ao sistema escravista. O Brasil Império foi marcado por guerras e revoluções que carregavam o fim da escravidão como bandeiras de luta.

Em 1809, o Conde da Ponte teve que enfrentar a tentativa de levante das (os) negras (os) da Bahia. Aproximadamente, 80 negras (os) residentes em Salvador e no Recôncavo decidiram se juntar e tramar a fuga em massa para encontrar-se com o grupo que já estava resguardado em um quilombo, desde dezembro de 1808, e formar o cerco à capital baiana. Os soldados do Conde foram impiedosos com as mulheres e homens negros em fuga. Muitos foram abatidos e aqueles que sobreviveram foram marcados a ferro e açoitados em praça pública para servirem como exemplo para outros “rebeldes”. Uma das estratégias mais eficazes era a desempenhada pelas “escravas de ganho¹”, com seu poder de circulação, conseguiam levar informações para os grupos abolicionistas.

As batalhas políticas e econômicas eram sutis frente à influência advinda da Revolução Haitiana, que durou de 1791 a 1804, e garantiu a independência do povo Haitiano por meio da revolução liderada por africanos escravizados naquelas terras. As notícias da existência da primeira nação independente de africanos fora da África

¹ As *negras ganhadeiras*, como também eram chamadas, circulavam pelas ruas das cidades com tabuleiros nas cabeças e ocupavam praças e feiras livres com suas mercadorias. Entre as negras de ganho haviam as livres e as que ainda eram escravizadas. Aquelas que ainda não haviam conquistado sua liberdade destinavam boa parte dos ganhos a seus “senhores”. A parte que lhe restava quase sempre era investida na compra de alforrias para si e para seus familiares. Através desse trabalho, diversas negras ganhadeiras foram responsáveis pela retirada de um número considerável de outros negros e negras da condição escrava. As negras de ganho livres não tinham nenhuma responsabilidade para com o branco, e tendo liberdade para exercer o seu comércio, muitas prosperavam e dele tiravam o necessário para a sobrevivência de suas famílias. Muitas dessas negras de ganho eram nascidas na África, em sociedades onde as mulheres eram encarregadas de estabelecer relações comerciais e econômicas.

encorajava as(os) negras(os) a continuarem os levantes contra o império brasileiro pelo fim da escravidão, mostrando que o Brasil parecia ser o próximo Haiti das Américas. Destaca-se a Balaiada, que foi um movimento composto por vaqueiros, índios e negros que objetivavam a tomada do poder local e partiram para o embate de 1838 a 1841. Os versos do cordel de Magno José Cruz, sobre a história da Balaiada, nos diz que:

(...)
*É preciso contar direitinho
 Para ninguém se enganar
 A rebeldia dessa negrada
 Lutando para se libertar
 Foi antes da Balaiada
 Pelo Norte se espalhar
 Esses negros organizados
 Chamados de quilombolas
 Viram na Balaiada
 Que era chegada a hora
 Da liberdade sonhada
 Renascer naquela aurora
 Cosme Bento das Chagas
 Logo então se destacou
 E lá de Lagoa Amarela
 Três mil negros libertou
 E com tal valentia cega
 A Balaiada engrossou
 (...)*

As diversas vivências e formas de resistência no Brasil Imperial nos mostram que a imagem de D. Pedro I do alto de seu cavalo gritando “Independência ou Morte” foi forjada com o objetivo de mascarar os diferentes atores sociais que lutavam por liberdade naquele período histórico, e assim negar a identidade heroica a grupos que foram historicamente discriminados e silenciados. A independência do Brasil é fruto dessas diversas revoltas, tentativas de revoluções e enfrentamento à ordem imperial. E em todos esses movimentos podemos identificar a participação ativa de mulheres negras como líderes, estrategistas, escritoras, comerciantes, religiosas, artistas etc. O que foi escrito até aqui tem fontes históricas que devem ser citadas. Podemos até dar nossa versão, adjetivação, construir algo diferente porem as fontes históricas nos servem como registro.

Ressalto aqui a participação feminina, pela necessidade de me inserir no universo de mulheres negras que desde o período colonial lutam por direitos e afirmação. As identidades dessas mulheres estejam escondidas na história porque

ainda enfrentamos barreiras em contá-las partindo de outra perspectiva, a das mulheres negras. Mas as tradições orais e as formas alternativas de registro vêm garantindo que essas trajetórias de vida não se percam no tempo.

Nesta dissertação trato da experiência de apropriação e manutenção do território quilombola dos Caetanos, dos traços étnicos que definem essa experiência, junto a um debate sobre mediações e desenvolvimento. O objetivo é compreender de que forma a experiência dos Caetanos se conjuga com a perspectiva de desenvolvimento desta comunidade. E se a ideia de desenvolvimento leva em consideração as especificidades e história dessa população.

Destaca-se:

Compreender o percurso vivenciado pelos Caetanos no tocante ao processo de auto reconhecimento de seu diferencial étnico, enquanto *comunidade quilombola*. Verificar como se apropriaram do "seu diferencial étnico", e como fazem a manutenção e conservação de seu *território* (étnico, político, cultural).

Dessa forma tomamos como ponto de partida e referência teórica sobre Conceição dos Caetanos o trabalho de dissertação “Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará”, RATTTS (1996). Para além dos dados, e debates teóricos que este autor faz sobre a história dessa comunidade, destacamos a sua vivência prática na pesquisa junto à mesma, e sua preocupação em trazer de forma clara, detalhada e sincera uma questão cara, e pouco debatida no Estado do Ceará: do que o autor caracteriza como “povos invisíveis”, Ratts(1996, p.3):

Considero, portanto, que houve no Ceará uma construção da invisibilidade de índios e negros que é questionada pelo “aparecimento” destes grupos. Essa construção não foi um processo linear e monolítico, como fui percebendo no contato com a bibliografia repleta de fragmentos acerca de guerras de extermínio, aldeamentos, línguas e territórios indígenas, escravidão violenta, reações de escravizados, presença de africanos, irmandades de pretos e reis de congos. Por outro lado, a situação atual de índios e negros mantém acesas as indagações sobre suas trajetórias particulares e sobre o processo de formação e/ou permanência dos agrupamentos. (RATTTS, 1996).

A escolha por um estudo sobre as especificidades da Comunidade Conceição dos Caetanos tratada aqui acontece também, por considerá-la como dos principais

agrupamentos negros do Ceará (RATTS, 1996), que, principalmente nas décadas de 1970/80 teve importante visibilidade e divulgação. E, por ter marcada tradição familiar na sua formação, na qual tem laços de parentela que a diferencia de outras comunidades quilombolas no Estado.

O primeiro passo se constituiu da pesquisa documental e revisão bibliográfica, através do resgate de estudos sobre a temática abordada, através da leitura de publicações (livros, artigos e documentos), além da consulta em órgãos, núcleos de estudo e organizações que trabalham a com a questão quilombola e negra como: Fundação Cultural Palmares, INCRA, Secretarias de Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário, MINC-Ministério da Cultura, NUER- Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, entre outras.

Os passos seguintes dizem respeito ao trabalho de campo, sistematização de dados e análise. A pesquisa de campo foi realizada em: Julho, Novembro de 2011 e Maio de 2012 e Abril de 2013. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas, conversas informais, questionário e registros em diário de campo, fotografias e gravador.

Na primeira viagem para trabalho de campo foram feitos os primeiros contatos com a comunidade, aconteceram conversas informais para coleta de dados, a fim de estabelecer e iniciar um diálogo sincero com as pessoas. A segunda etapa aconteceu nos festejos da padroeira e “festa de Zumbi”, novembro de 2011, data muito significativa para comunidade. O terceiro momento no campo foi realizado com: entrevistas semi-estruturadas a 25 famílias; e questionários que foram aplicados a 34 “líderes e chefes” de família. Também foram realizadas entrevistas com mediadores externos que atuam na comunidade.

Foram realizadas entrevistas com 07 profissionais/mediadores. Dentre eles há os que ainda atuam junto à comunidade, os que já realizaram algum tipo de ação, e os que desenvolvem trabalhos em comunidades quilombolas próximas a Conceição dos Caetanos. Foram feitas entrevistas com 07 questões (anexo1), onde alguns mediadores responderam oralmente e outros encaminharam a resposta escrita em momento posterior. A seguir listo os entrevistados:

- ✓ - Antropólogo do INCRA
- ✓ - Representante da CERQUIRCE- Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará
- ✓ - Articulador cultural do Território da Cidadania (Vale do Curu e Aracatiaçu)
- ✓ -Diretora da Escola “João Caetano” na comunidade Conceição dos Caetanos.
- ✓ - Representante do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais
- ✓ - Representante da Secretaria Municipal de Ação Social
- ✓ - Representante da Secretaria Municipal de Saúde.

O diálogo com esses mediadores enriqueceu a análise diante da tentativa de compreender a relação entre “quilombolas” e “desenvolvimento”, objetivo dessa pesquisa.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, O primeiro capítulo aborda a tessitura da pesquisa, reflexões sobre metodologia e sobre o caminho percorrido pela pesquisa, o segundo capítulo trata da memória da comunidade Conceição dos Caetanos, enfocando questões da terra, identidade e família. O terceiro traz as mediações político-culturais existente nesta comunidade e sobre o debate de desenvolvimento, trazendo o conceito de *etnodesenvolvimento*. O quarto capítulo fala dos dados das condições básicas de vida na comunidade, contribuindo na reflexão acerca do desenvolvimento e revelando demandas. Por fim aponto considerações finais a título de término do trabalho, ao contrário da realidade dos Caetanos, que é complexa e dinâmica.

Compartilhando palavras de Edgar Morin (2000), digo que as ideias que defendo aqui não são tanto ideias que possuo, mas, sobretudo, ideias que me possuem. É o esforço de travar a conviviabilidade entre as ideias, meus mitos; os mitos dos que me inspiram, e assim desenhar aqui minha urdidura, motivo pelo qual escolhi apresentar o trabalho na primeira pessoa do singular.

2 TESSITURA DA PESQUISA

A tessitura da pesquisa revela a trama na qual se organizou o trabalho e as bases dos conhecimentos aqui discutidos sobre quilombo, quilombolas, desenvolvimento, mediação. Tracei um breve diagnóstico das abordagens em relação ao tema investigado que conduziu a tomada de posição e, conseqüentemente, à confecção do recorte teórico que julgo estar coerentemente articulado e apropriado ao caso empírico pesquisado. Igualmente, cabe ressaltar que o problema empírico motivador desta pesquisa poderia ser abordado sob diferentes perspectivas e, ao se optar por determinado caminho, naturalmente outros foram descartados.

O trabalho de campo se desenvolveu em saltos, principalmente entre os anos 2012 e 2013, pois na trama da leitura da realidade dos Caetanos, experimentei uma nova realidade: além de pesquisadora negra, me tornei pesquisadora e mãe. E como meu negro olhar se envolveu na trama de análise é importante dizer, que não há possibilidade de tentar compreender o ethos feminino negro, a partir do que apontam as experiências sobre mulheres brancas. Embora a condição feminina uma negras e brancas, nas artimanhas da discriminação sexista, há pormenores ligados à condição de raça, que, às vezes, colocam negras e brancas em posições completamente diferentes, embora igualmente marcadas por histórias de “não-direitos”. Encontrei-me no meio desta tessitura em situação muito diferente do início. Olhar para comunidade de remanescentes quilombolas sendo negra e tendo agora nos braços uma menina de pele branca, cabelos e olhos claros que me reconhece como mãe, fruto de um grande amor (Figura 1), mas também fruto da história brasileira em que raça, classe e gênero tem sustentado efeitos diversos na constituição da identidade negra no Brasil.

Figura 1 - Beatriz, Sandra e Saulo Caetano



Fonte: COSTA (2013)

Entende-se que as identidades se formam em contextos de disputa de poder e isso quer dizer que a maneira como as três categorias se imbricam tem obviamente a ver com relações de poder presentes na sociedade, assim não é mais possível que os estudos femininos, os estudos de raça, ou os de classe sejam encaminhados de maneira separada, e às vezes antagônica. Sabe-se que, na sociedade brasileira, raça, gênero e classe têm importância nos olhares que se produzem a respeito de determinados grupos e, por este motivo, as categorias devem ser entrelaçadas, já que não se trata da discussão que um viés exclua o outro.

Estas questões trazidas por Sales (2010), e pela presença de Beatriz no meu colo negro não têm aqui centralidade, mas desconsiderá-las seria o mesmo que afirmar que a ciência é neutra. Outro aspecto do caminho desta pesquisa foi a mediação da cultura artística, quando minha trajetória de arte educadora se manifestou instituindo nova relação entre pesquisadora e pesquisados.

A segunda etapa aconteceu nos festejos da padroeira e “festa de Zumbi” em novembro de 2011, data muito significativa para comunidade. Lá cantamos, dançamos. E a memória daquele coletivo negro foi reavivada com ressignificações através da arte.

Figura 2 - Festa de Zumbi: (A) Altar da igreja; (B) Mulheres da comunidade; (C) Grupo de percussão na casa de D. Antônia Caetano- Festa de Zumbi



Fonte: Moreira (2011)

A arte é produzida através de processos, porque carrega na essência um desejo de transformação, de superação. Direciona o olhar sempre adiante, para o devir a ser, o poder ser. Ela possui na sua essência o potencial utópico que nos permite sonhar, idealizar, apontar novas empolgantes direções. Propiciando um olhar mais apurado sobre o seu tempo, sobre as contradições do contexto, a arte não só leva o homem a se situar no mundo a se identificar com essa ou aquela bandeira, esse ou aquele grupo, mas também aponta direções, para a superação das contradições. Naquilo que tem de lúdico, de brincar, fazendo o jogo entre o real e o imaginário, contrapõe os sonhos com a realidade, propiciando novos questionamentos, novas críticas e novas possibilidades de mudança e de superação (MEDEIROS, 2006, p.48.).

No terceiro e último trabalho de campo optei por trabalhar com "líderes ou chefes" de família. Com este grupo utilizei o questionário para sistematizar os dados da infraestrutura básica da comunidade.

Cabe a este capítulo trazer também, como elemento estruturante da pesquisa, aspectos históricos que fundamentam a questão conceitual sobre os

quilombos, da mesma forma, a luta político-territorial que sempre vivenciaram e os momentos políticos onde se inseriram :

A palavra *Quilombo* é originária da língua *bantu*. Kabengele Munanga (2001) traz uma definição do quilombo africano enquanto “instituição política e militar, transétnica, centralizada (...)”.

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integrava como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas dos inimigos. (MUNANGA, 2001, p.25)

Para o autor, o *quilombo* brasileiro se assemelha ao *quilombo* africano. Porque reconstrói um tipo semelhante de organização territorial, cuja função estratégica e a fuga da violência, das tensões e do confronto de classes no sistema escravista, que por séculos perdurou no Brasil. Fica destacado que esses territórios,

São espécies de campos de iniciação à resistência (...) abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar (MUNANGA, 1995, p.63).

Segundo (MOURA, 1972), “o quilombo foi a expressão mais radical de ruptura com o sistema brasileiro latifundiário e escravista”. Assim pode-se dizer que a luta das comunidades negras rurais, ontem e hoje sempre estiveram pautadas na questão da terra e também do território. E, portanto, marcadas pelas relações de poder que as delineiam. Por isso discuto o *território* aqui sob a perspectiva materialista, analisando-o como um *campo de forças*, articulado pelas relações de poder. E, ressalto a importância do caráter político nessa análise, e todo sentido relacional que adotamos para a palavra *poder*. Na perspectiva de Raffestin (1993):

(...) em toda relação circula o poder que não é riem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido. Exercido por quem? Por atores saídos dessa população que foi analisada antes do território. (...) Mas porque a população em primeiro

lugar? Porque é a fonte de poder, o próprio fundamento do poder, por sua capacidade de inovação ligada a seu potencial de trabalho. Assim, é por ela que passam todas as relações. (RAFFESTIN, 1993)

No contexto de um grupo específico no qual trata essa pesquisa, a abordagem dada ao território deve considerar a importante questão do conceito de limite. Para Raffestin (1993, p. 153):

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. (RAFFESTIN, 1993).

A apropriação do espaço de viver e sobreviver para os negros (as) sempre se configurou em luta política. Vale lembrar a primeira Lei de Terras (1850), que desconsiderava os africanos e seus descendentes enquanto brasileiros, categorizando-os de outras “formas” e denominações. Sobretudo após o “pseudo-marco” da Abolição (1888), tanto os negros (as) quanto os lugares que habitam vem sendo ignorados pelo poder público, ou questionados pela legitimidade de posse, por grupos que dominam a estrutura de poder no Brasil. Entretanto, como afirma Munanga (1995/96, p.63):

(...) os escravizados africanos e seus descendentes nunca ficaram presos aos modelos ideológicos excludentes. Suas práticas e estratégias desenvolveram-se dentro de um modelo transcultural com objetivo de formar identidades (...) que não podiam estruturar-se unicamente dentro dos limites de sua cultura.

Destaco também neste trabalho marcos de momentos históricos e mudanças significativas na legislação do Brasil república. Elementos importantes para discussão dos conceitos trazidos nessa pesquisa. Momentos quando os quilombos e quilombolas entraram na cena política do Brasil, resignificaram o conceito que “os define” e direcionaram políticas específicas para suas realidades.

Alguns momentos históricos:

- 1- Entre as décadas de 1930/1940, os quilombos entram na pauta de discussão política com a FNB (Frente Negra Brasileira) – movimento de caráter nacional, que se iniciou em São Paulo em 1931 e durou até 1937 (quando virou partido político e foi dissolvido por Getúlio Vargas). Tratava-se de importante entidade de afrodescendentes que atuou no campo sócio-político na primeira metade do século XX.
- 2- No final dos anos 70 do século passado a questão dos quilombos reaparece com força no cenário político, durante o processo de redemocratização do país.

Marcos na legislação:

- 1- *Artigo 68 da Constituição de 1988, do ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, primeiro dispositivo legal que veio garantir aos povos remanescentes de quilombo, os seus direitos:
“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado a emitir-lhes os títulos respectivos.”(ADCT,CF/88)
- 2- Decreto nº 4886, de 20 de novembro de 2003, que trata sobre preconceitos até então “velados” no Brasil que atenuavam a violência racial histórica. O decreto soma esforços no sentido de garantir às populações negras, direitos já presentes na Constituição brasileira. Com caráter universalista o decreto reconhece a condição pluriétnica da sociedade brasileira, em especial sobre a cultura dos povos tradicionais como indígenas e afrodescendentes, expressa no viver de populações remanescentes. Fazendo também menção a outros segmentos da sociedade enquanto responsáveis do processo de construção da civilização brasileira. Trata-se de um decreto que discorre sobre uma proposta de educação e saúde que reconheça e valorize as características pluriétnicas. No tocante das comunidades quilombolas ele reforça a atenção com as especificidades desse contexto, como no trecho abaixo:

“Tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, de modo a assegurar aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade de suas terras.” (DECRETO 4886/2003, BRASIL, 2009)

- 3- Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo, e no seu Artigo 2º define:

“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

- 4- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, que especialmente traz nos artigos 13 a 19 da *Parte II- Terras*, as prioridades a cerca da titulação, garantia de uso dos recursos naturais das terras tradicionalmente ocupadas. Prioridades que se somam com o disposto no artigo 27 do Pacto Internacional dos Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, religiosas, e linguísticas da Organização das Nações Unidas. Nos artigos presentes na convenção estão presentes os seguintes dispositivos:

Artigo 13 –

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

2. A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

E ainda no artigo 14, linha 1, quando se assinala que:

- 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. (...)*
- 2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.*
- 3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.*

Nesses trechos da Convenção 169, é possível observar que a grande questão é o cercamento das garantias plenas a que os povos tradicionais têm direito. As comunidades remanescentes de quilombo são parte dos “povos e terras tradicionalmente ocupadas”, e a interpretação de seus territórios está contida no conceito de território destacado nos artigos acima expostos.

Analisando criticamente a questão dos processos regulatórios (no que tange às comunidades remanescentes de quilombo) trazidos nos parágrafos acima ressalto que, mesmo com a oportunidade e “força simbólica” das mudanças desde a constituição de 1988 com o Artigo 68, ainda há muito que transformar como afirma Leite (2000):

Um projeto de cidadania dos negros encontra-se hoje fortemente ameaçado. Seja porque a grande quantidade de casos levantados desde então surpreendeu os órgãos designados para coordenar o processo, seja porque o processo em si esbarra em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias (...) LEITE, 2000.

Ainda sobre as mudanças advindas da Constituição Federal de 1988 as palavras de Afonso da Silva (1991) revelam um importante entendimento sobre o alcance e os limites que essas “mudanças” deveriam enfrentar; que são visíveis até hoje mais de duas décadas depois:

“(…) Dentro e à vista dessas circunstâncias fez-se uma obra certamente imperfeita, mas digna e preocupada com os destinos do povo sofredor. Oxalá se cumpra, porque é nisso que está o drama das Constituições voltadas para o povo: cumprir-se e realizar-se, na prática, como se propõe nas normas, porque uma coisa tem sido as promessas, outra a realidade” (SILVA, 1991).

Sobre a implementação do art. 68 do ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a crítica se constrói principalmente sobre a adoção de uma política coerente com o que dita a norma, visto que com a série de “dúvidas” e questionamentos levantados por juristas, e também por parcela da sociedade e o próprio Estado, o tempo para que a 1º território quilombola fosse titulado foi longo e trabalhoso: 7 anos. Esse foi o tempo que demorou após 1988 para que a 1ª comunidade remanescente de quilombo obtivesse o título de reconhecimento e domínio de suas terras. Isso aconteceu na Comunidade de Boa Vista no município de Oriximiná no estado do Pará.

Portanto, acredito que o que essas mudanças na legislação, a princípio com o art.68, e logo com os demais decretos, possibilitam além da luta por garantia de direitos (até então negados pelo Estado), uma qualificação dos debates sobre todas as questões que envolvem os povos tradicionais, em especial a população negra afrodescendente remanescente de quilombos. É necessário, contudo, que se reconheçam os desafios e as possibilidades para vencê-los, como por exemplo, as diversas situações jurídicas dos territórios quilombolas em processo de titulação, que requerem assim, diferentes soluções, e uma ação responsável e cuidadosa dos órgãos governamentais.

O processo regulatório das comunidades quilombolas, visto como processo e espaço de luta se encontra, portanto, em movimento, e desse modo reclama renovadas teorias e práticas afinadas em proporcionar concretude aos dispositivos legais direcionados às mesmas.

Nas décadas de 1970 e 1980 durante o processo de redemocratização a política que vinha sendo historicamente travada pelos negros foi re-significada em outros campos. O Estado precisou de pressões sociais incisivas; que vieram principalmente através da criação no fim da década de 1970 do Movimento Negro Unificado (MNU) e de outras organizações sociais. Essa mobilização das populações negras urbanas e rurais, somada às transformações e reformulações teóricas sobre essa questão geraram a pressão por uma ação do Estado que além do reconhecimento da existência das comunidades quilombolas, houvesse políticas específicas para essa parte da sociedade que até então tinha sua existência e seus direitos *invisibilizados*².

Cabe aqui dizer que essa questão da *invisibilidade*, conceito bastante utilizado para análise da experiência indígena, quilombola, camponesa, dentre outras, tem muitas interpretações. Sem deixar de reconhecer a ação “invisibilizadora” da sociedade e do Estado em relação a esses grupos, alguns autores como Oliveira Junior (1999) e Sousa (1998) destacam que, alguns grupos utilizam-se dessa “invisibilidade” em diversos planos de relações sociais enquanto estratégia de sobrevivência.

Contudo no debate dessa dissertação, o conceito de *invisibilidade* é compreendido enquanto estratégias intencionalmente utilizadas para negar a presença e importância da população negra. Porque sabemos que reconhecer a existência do outro, é reconhecer que ele ocupa um espaço. Esse mecanismo de ocultação da existência ou diferença fica muito claro na fala de Muniz Sodré (1995)³:

Ora, abrigar o outro (o migrante, o estrangeiro, o diferente) sem a mediação de uma ética de acolhimento parece ameaçar a consciência vivenciada no individualismo moderno. O “outro” representa a ameaça fantasmática de dividir o espaço a partir do qual falamos e pensamos. É essa ameaça (arcaica, primitiva) que espreita a consciência discriminante: o medo de perder espaço próprio... (SODRÉ, 1995)

² O conceito de *invisibilidade* trazido aqui nesse debate deve ser compreendido como uma estratégia pela qual a sociedade e o Estado até bem pouco tempo atrás se utilizava para negar a presença do negro, e assim desobrigavam-se de elaboração de políticas e ações voltadas especificamente para essa parcela da população.

³ Trecho do Artigo “Uma genealogia das imagens do racismo”, de Muniz Sodré publicado na Folha de São Paulo em 13 de março de 2005.

É nessa direção que trazemos a importante questão do território, enquanto campo de disputa, (o “dividir o espaço” da fala de Sodré), onde se encontram as comunidades negras rurais ou quilombolas.

O artigo 68 da Constituição de 1988 reconhecia o direito à propriedade da terra aos remanescentes de quilombo, no entanto, não determinava claramente como esse processo se daria, assim como não definia os conceitos que estava tratando. Apenas com o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 o conceito de remanescentes de quilombos foi definido legalmente em função dos direitos e das políticas direcionadas a eles.

Para Ilka Boaventura Leite (2004, p. 51):

O artigo 68 da Constituição Federal de 1988 instaurou um debate antropológico em proporções crescentes, sobre a conceituação de comunidade remanescente de quilombos para propósito de reconhecimento e titulação das terras em todo país. Cabe, portanto, destacar que o princípio que norteou a lei partiu do estabelecimento de uma relação intrínseca entre passado e presente, sem o qual o sujeito do direito não encontraria correspondência e legitimidade. (LEITE, 2004)

A expressão *remanescente de quilombos* assim discutida identificava populações com características para além da ideia até então estabelecida do “quilombo histórico”, como o de Palmares, por exemplo. A definição não estava associada a uma comunidade somente pela questão da descendência, mas sim pelo reconhecimento oficial da identidade e cultura, o vínculo com a terra, assim como pela militância ou mobilização diante principalmente dos conflitos fundiários. Pode-se afirmar que, essas populações são provenientes da diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, compra de terras, permanência nas terras que cultivavam no interior das propriedades, entre outros.

O reconhecimento dos *remanescentes de quilombo*, por parte do Estado configura-se em algo mais desafiante. Pois não significa apenas elaboração de políticas públicas para essa população, mas sim a instituição do debate institucional,

político e intelectual, que abre espaço para que as populações negras rurais se identifiquem com um “projeto político identitário”.

Neste capítulo intitulado “tessitura da pesquisa” inicio outros debates importantes para o trabalho: sobre *desenvolvimento* e *mediações*. Assuntos que também são trazidos na organização dos capítulos seguintes.

O tema *mediação* vem ganhando espaço nos últimos anos nos debates sobre *desenvolvimento rural*, principalmente nas questões referentes à “intervenção para o desenvolvimento”. Cabe aqui discutir sobre esse temário no contexto das comunidades quilombolas.

Segundo Sardan (1995), o desenvolvimento pensado sob sua forma operacional, como projetos, por exemplo, caminha inevitavelmente pela ação de “agentes de desenvolvimento”, que fazem uma interconexão entre um projeto e seus destinatários. Esses “agentes de desenvolvimento” são os mediadores. Seus nomes variam em função de seus tipos de intervenção e suas competências. A ação desses mediadores vincula-se a um projeto (ou perspectiva) de desenvolvimento; onde ideias e intenções entre os sujeitos envolvidos (mediadores e mediados) são explicitadas; possibilitando o encontro ou confronto com os objetivos das instituições que promovem as ações. Portanto, “projetos de desenvolvimento” podem ser campos de disputa ou confronto, ou seja, não são neutros, revelam objetivos e intenções.

No tocante da realidade das comunidades quilombolas existem as instituições oficiais designadas por meio de Decreto Presidencial para implantar políticas voltadas para essas populações; dentre elas, secretarias, autarquias e ministérios. No ano de 2007 foi promulgado a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais- PNPCT (Decreto 6040, de 07/02/2007). Entretanto, a implementação dessas políticas, tem caminhado em desacerto com a importante e imprescindível gestão do desenvolvimento auto-sustentado do território dessas comunidades: a titulação de suas terras.

É necessário, contudo, questionar sobre a proposta de desenvolvimento presente nessas políticas direcionadas às comunidades tradicionais; lembrando que esse contexto apresenta uma “racionalidade” bem específica quando lemos o processo de formação sócio-territorial do Brasil. Trata-se de “racionalidades apagadas pela história”, ou melhor, dizendo, desconsideradas, por um processo de

dominação colonial, e por uma expansão homogeneizante de um “capitalismo racista” (QUIJANO, 2005).

Assim, discutir sobre o desenvolvimento, pensado na lógica e realidade das comunidades quilombolas é compreender outras racionalidades, que provocam a ideia sobre o que é desenvolvimento para além da ideia de “progresso econômico”.

3 MEMÓRIA QUILOMBOLA: TERRA E IDENTIDADE

“A terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou eu estou. Quando eu estou, eu sou (...)”

Beatriz Nascimento (1989)



O reconhecimento da identidade de um grupo étnico é a possibilidade desse grupo se colocar perante a sociedade, e garantir seu espaço no debate político.

Segundo Castells (1999, p. 24), *“a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado pelas relações de poder”*. E, é esse trajeto que as comunidades quilombolas percorrem; pressionando a lógica da dominação, contra principalmente a distribuição desigual da terra e o reconhecimento e afirmação da identidade e cultura.

A afirmação da *identidade quilombola* pode ser compreendida como um projeto político que reflete em uma nova compreensão sobre o rural, pois reconstrói esses espaços na medida em que traz à luz o camponês negro que foi desvalorizado e *invisibilizado*. Reconhece seus direitos e faz dele participante ativo do debate político.

Ao trazer a questão da memória e identidade dos povos afrodescendentes, imprescindível elemento para este debate, compreende-se melhor as circunstâncias de poder que sempre permearam o tecido social neste país, e como isso repercutiu nos espaços rurais, nos conceitos e (pré) conceitos presentes na vida e no pensamento do povo brasileiro.

Quando a comunidade se afirma remanescente de quilombo, quer dizer que há um estigma, então essa população respondeu com afirmação positiva da

diferença étnica (ANJOS, 2004). Revelando que já vinham sendo estabelecidas relações de aliança com esferas públicas, movimento negro e órgãos de serviço que de alguma forma reconheciam a distintividade étnica.

Segundo Anjos (2004) existem dois tipos de *definição* ou *reconhecimento*, a *endodefinição* que nasce dentro da própria população desses territórios quando se auto definem como quilombolas; e a *exodefnição*, que é mediada por relações de aliança com esferas públicas, movimento negro, organizações e sociedade em geral, quando afirmam e reconhecem a diferença étnica desses territórios.

As relações com a terra em uma comunidade quilombola são reguladas pela memória, história e vínculos perceptíveis; além disso, estão articuladas pelo sentido de *reciprocidade* que é revelado, por exemplo, através da concepção do espaço físico desses territórios como legado de um ancestral comum, gerando o sistema de partilha e trocas. Nesta perspectiva é que se funda a dimensão simbólica desses territórios étnicos (ANJOS, 2004).

3.1 O “LUGAR” QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO CEARENSE

A historiografia cearense durante muitos anos assegurou a ideia de que não existiam negros neste estado. Segundo Funes (2007) a ideia de que, por causa da “escravidão ter sido pouco expressiva” no Ceará, não há negros nesse Estado, segundo o autor, nos conduz a uma “lógica perversa” de sempre associar o negro à escravidão, assim como associar sua presença, exclusivamente ao sistema da produção escravista. Há, portanto, uma construção ideológica bem marcada sobre a memória e presença do negro no Ceará, que até hoje promove teorias e afirmações sobre os negros de forma estigmatizada.

Conforme Bandeira (2009),

(...) os primeiros negros, africanos e crioulos, entrados legalmente e em número considerável que se tem atualmente registros, na capitania foram trazidos em 1756 para exploração das minas de São José dos Cariris, no considerado por muitos, efêmero ciclo do ouro do Ceará. (...) Os negros trazidos cativos da distante África, em especial da região congo-angolana, de cultura bantu, e seus descendentes, aos poucos foram se

incorporando ao processo de ocupação das terras e da construção da história da sociedade cearense (...) BANDEIRA, 2009.

Sobre o início da ocupação das terras cearenses existem dados demográficos sobre uma expressiva presença de negros, cativos e libertos; assim como de seus descendentes, mas a historiografia negou por muito tempo a sua importância. Na formação sócio-territorial de outros estados também foi negada a importância do povo negro; o que nos permite sempre situar o contexto cearense, no que tange a sua formação étnica, ao contexto histórico nacional.

A economia da província do Ceará nos séculos XVIII e XIX foi marcada pela atividade agropastoril, somada ao desenvolvimento da lavoura algodoeira nos períodos de crise norte-americana (1776 e 1860). A pecuária permanecia como extensão dos engenhos de açúcar. No sertão ocorreu um significativo crescimento populacional. E, a chegada de africanos (cativos e trabalhadores livres) foi fundamental para diversas atividades da província. Como afirma Eurípedes Funes (2007 p.184):

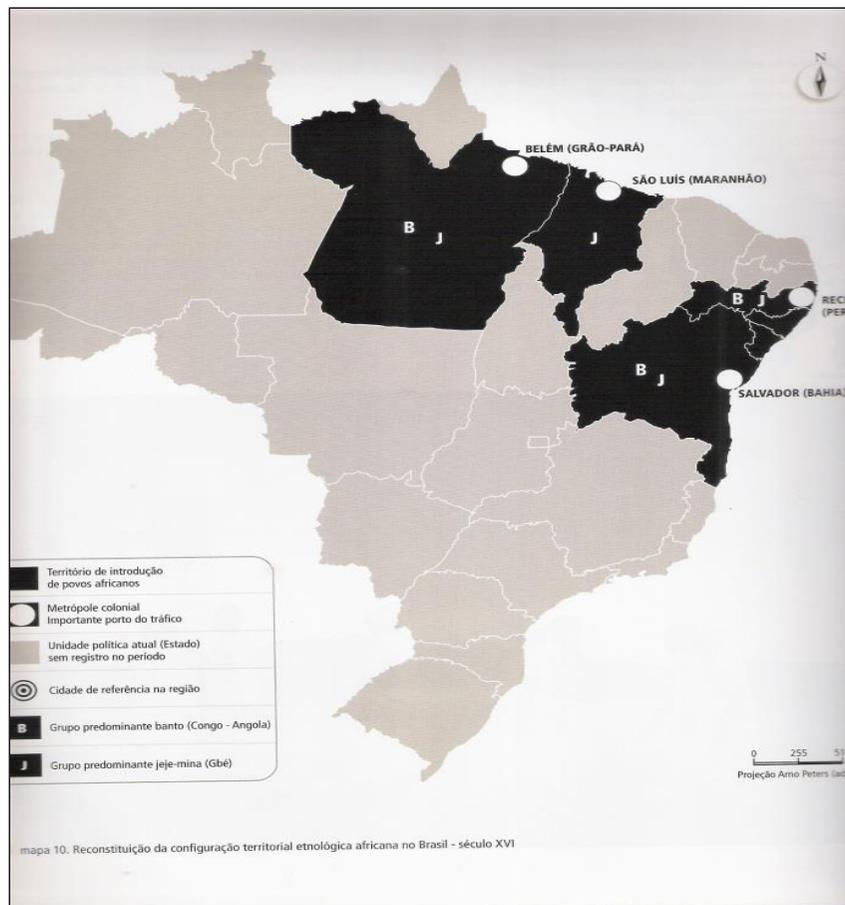
Na medida que, as fazendas de criar vão sendo estabelecidas ao longo dos rios, que se configuram como caminhos naturais para ocupação do sertão, os negros também foram ocupando estes espaços, não só como cativos, mas como trabalhadores livres, como proprietários. Um exemplo disso são os Telles, 'uns pretos que se estabeleceram em terras onde se encontra a cidade de Monsenhor Tabosa.

Nesse processo de expansão pecuária e ocupação das terras cearenses um grande número de homens livres de outras províncias, em sua maioria negros e pobres, foram atraídos pela possibilidade de trabalho como vaqueiro ou agregado nas fazendas de criação de gado. Para Funes (2007), no processo histórico cearense existiu toda uma experiência social construída pela etnia negra, que revelam marcas de suas práticas culturais e de seus engajamentos no mundo do trabalho, e de sua luta contra a discriminação e preconceito.

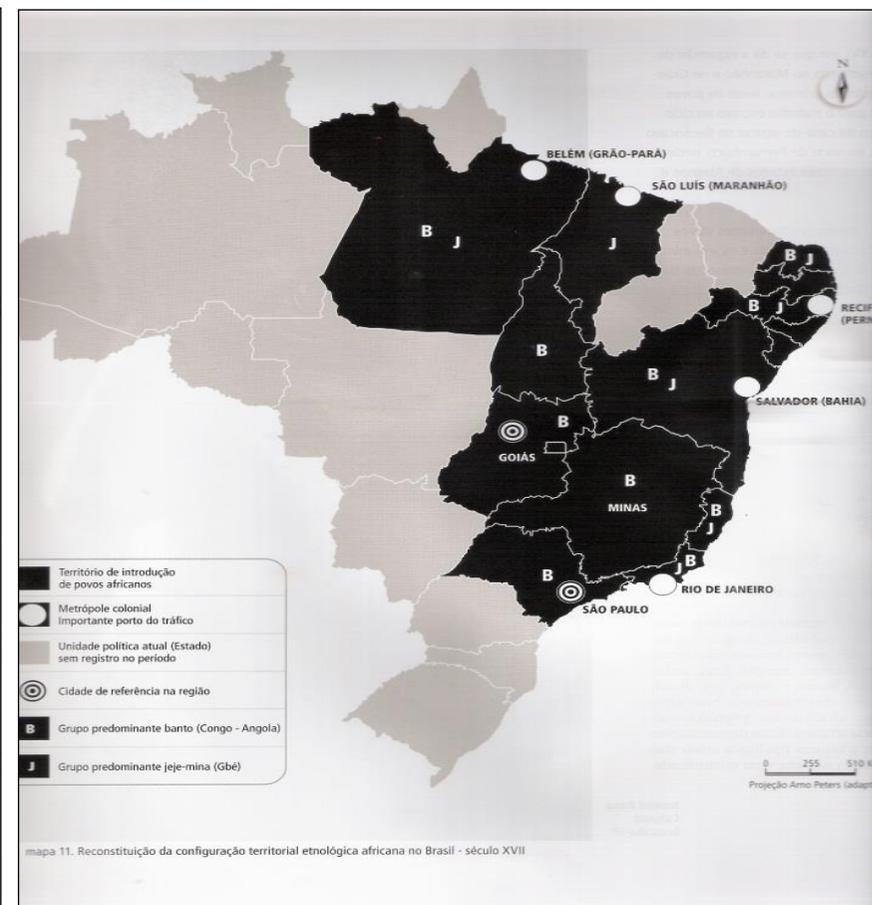
A configuração e formação das comunidades quilombolas no Ceará possuem especificidades que são frutos desses processos históricos que esse Estado vivenciou na formação de seu território.

No trabalho de Anjos (2006) podemos analisar através de mapas, a “configuração territorial etnológica africana no Brasil”, do séc. XIV ao séc. XIX. Logo, notaremos que é a partir do século XIX, (marcado pela abolição do tráfico negreiro) onde o Estado do Ceará é destacado com a presença de grupos africanos, principalmente os de origem Bantos (Congo- Angola):

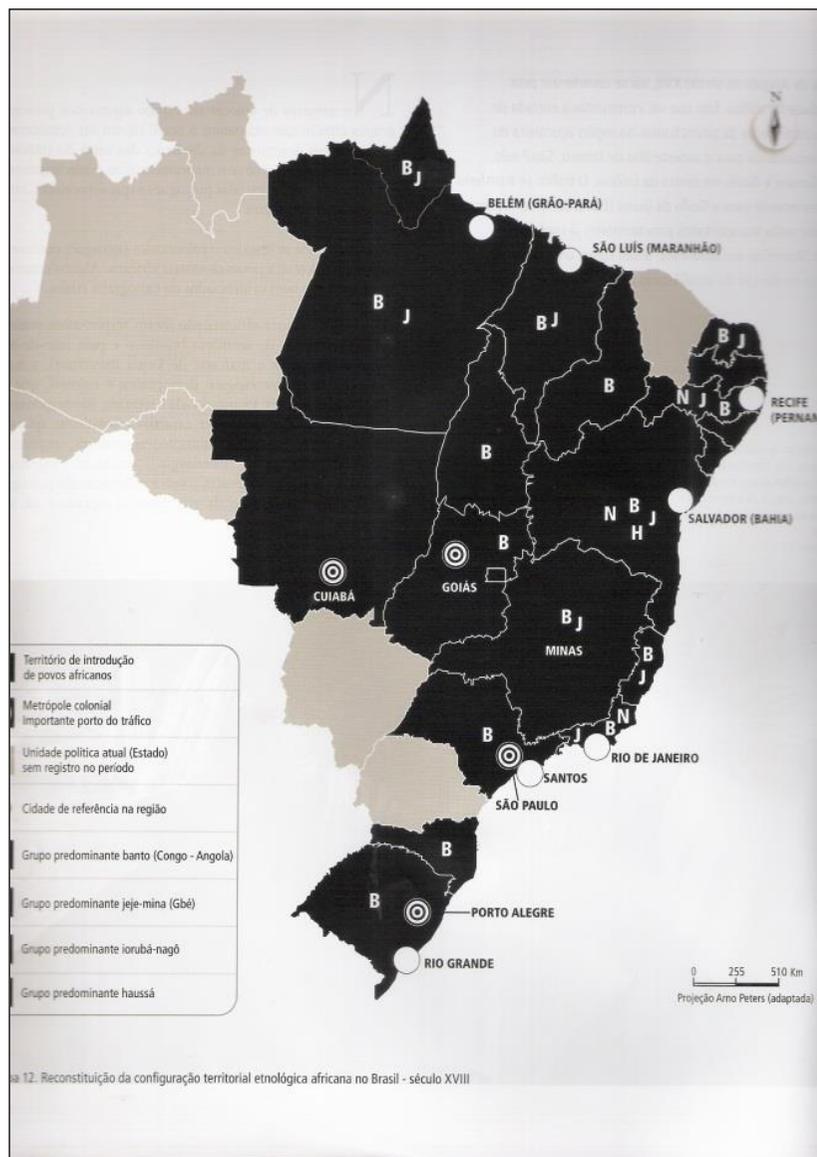
Figura 3. Mapas da reconstituição da configuração territorial etnológica africana no Brasil



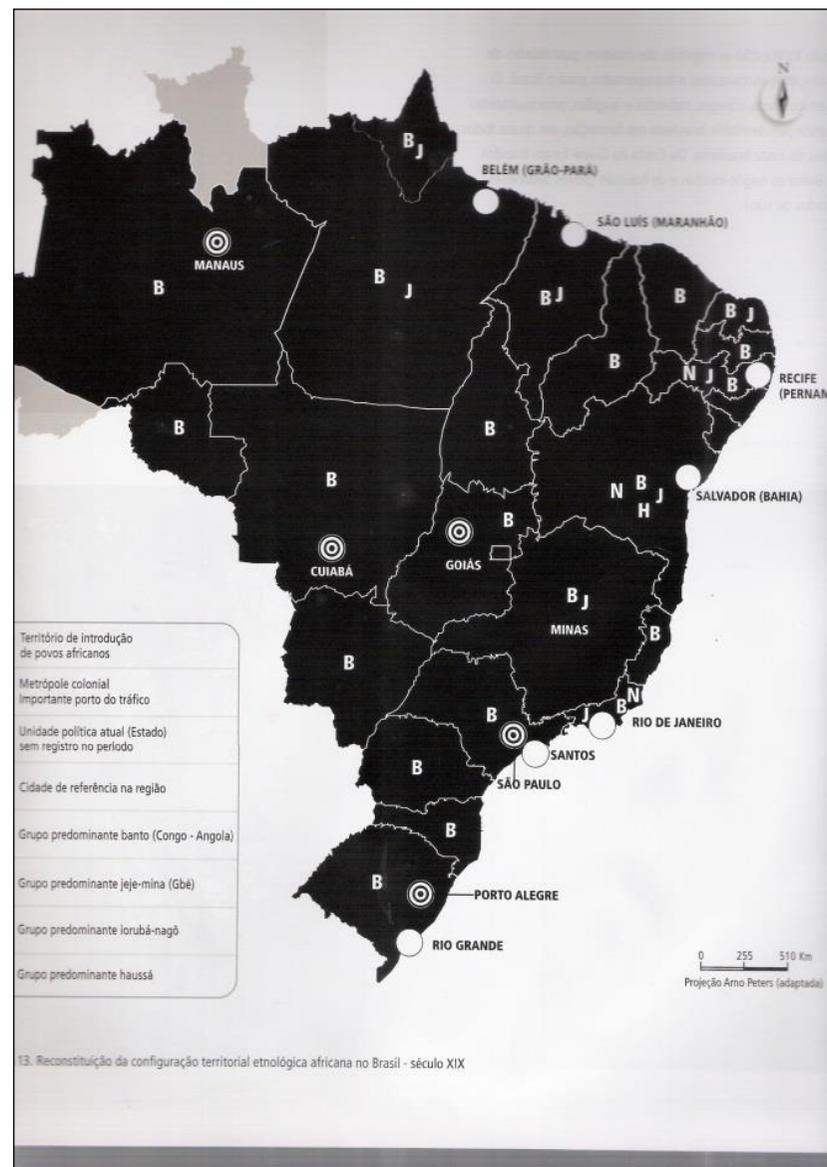
Mapa: Reconstituição da configuração territorial etnológica africana no Brasil- século XVI



Mapa: Reconstituição da configuração territorial etnológica africana no Brasil- século XVII



Mapa: Reconstituição da configuração territorial etnológica africana no Brasil- século XVIII



Mapa: Reconstituição da configuração territorial etnológica africana no Brasil- século XIX

A importância da participação dos “bantos” na formação territorial brasileira fica clara nas palavras de Nei Lopes (2008) em seu livro “Bantos, malês e identidade negra”. Nessa obra o autor fala da contribuição dos *bantos* e *malês* na formação social do Brasil, e no caráter identitário e étnico do povo brasileiro, dando-nos outros parâmetros de interpretação histórica da negritude no Brasil. Segundo Lopes (2008),

“A participação dos bantos – escreve Kazadi wa Mukuna ([s.d.],p.34)⁴ ou melhor ainda, de seus senhores brancos na indústria do açúcar, cultura do fumo, mineração do ouro, cultura do algodão, do arroz e do café, determinou como um todo o itinerário de suas migrações internas, levando à sua concentração loco-regional após a emancipação”. Assim o povoamento do interior nordestino graças à pecuária, de meados do século XVII a meados do século XVIII; o início da colonização do Rio Grande do Sul em 1737; a extensão da indústria e da cultura da cana para o Vale do Paraíba e a descoberta de terras próprias para o cultivo do café em São Paulo no século XIX vão determinar deslocamentos de grandes contingentes de negros bantos por toda a extensão do território brasileiro”. (LOPES, 2008)

A influência dos negros *bantos* fica evidente na formação dos estados do nordeste, como podemos perceber na canção “Rei Bantu” de Luiz Gonzaga:

Meu avô lá no Congo
Foi Rei Bantu
Mas aqui eu sou rei
Do maracatu
 (...)
Ai, ai, Orixalá
Ai, ai, meu pai nagô(...)
Ai, ai Orixalá
Ai, ai, meu pai nagô

⁴ MUKUNA, Kazadi Wa. *Contribuição bantu na música popular brasileira*. São Paulo: Global Editora, s/d.

O trabalho de Bandeira (2009), discorre que, dos negros que chegaram à província do Ceará no século XVIII, contribuindo na formação sócio-territorial desse estado, destaca-se os negros de cultura Banto. Mesmo sabendo dessa importante relação para as raízes da formação étnica dos negros no Ceará, não a utilizo para aprofundar sobre a ancestralidade da família Caetano. Pois para isso, seria necessária uma pesquisa etnológica aprofundada.

Torna-se necessário nessa dissertação trazer as questões que tentam explicar a história que embasa a exclusão social do negro, imputada em grande parte ao *mito*⁵ da pouca importância do mesmo, no estado do Ceará. Segundo Sousa (2006),

“A história do negro no Ceará sintetizada no fato de ter sido o Estado do Ceará o pioneiro no processo de abolição da escravatura, adquiriu grande relevância historiográfica, mas ao mesmo turno, a presença do elemento negro no Ceará não adquiriu a mesma importância, pois se considerou (...) que a presença do elemento de origem e descendência africana, em tempos colonial e imperial, de escala muito reduzida e sem influência sócio cultural. Ademais, não lhes pareceu relevante os traços históricos culturais legados por esses africanos e seus descendentes, imperceptível na sociedade cearense, pois a miscigenação do europeu colonizador com o nativo cearense bastou para explicar e justificar quase todas as características socioculturais de nossa gente.” SOUSA, 2006. p.56

O início das transformações nos discursos a cerca da *negritude* no Ceará começa principalmente na constituição do Movimento Negro neste Estado, acompanhado por mudanças no contexto nacional. O conceito de *negritude* trazido

⁵ Trago a ideia do *mito*, como na fala de Marilena Chauí em sua palestra no Seminário temático “Representação Política e Enfrentamento ao Racismo”, realizado em Salvador (BA) em 19 de abril 2013: “(...) um mito opera com antinomias, tensões e contradições que não podem ser resolvidas sem uma profunda transformação da sociedade no seu todo, e que por isso são transferidos de uma solução imaginária que torna suportável e justificável a realidade tal como ela é. Um mito nega e justifica a realidade negada por ele(...)Um mito resulta de ações sociais, e produz co o resultado outras ações sociais que o confirmam, isso é, um mito produz valores, ideias, comportamentos e práticas que o reiteram pela ação da sociedade(...)”

aqui compreende o que Sousa (2006) trouxe na leitura do conceito discutido por Munanga (1988), no livro *Negritude: Usos e sentidos*,

A negritude compreendida aqui como um conjunto de atributos físicos, materiais e simbólicos que unem pessoas num mesmo sentimento de pertença ao continente e as tradições africanas, torna-se por extensão, um ideal político pelo qual se inaugura e se legitima a luta pela autoafirmação positiva das identidades negras. E está sujeita da mesma forma, à considerações investigativas no campo da história das tensões e envolvem tais grupos. (MUNANGA, 1998, apud SOUSA 2006).

Em uma comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais em 2011 sobre “Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzáles”, Alex Ratts faz importantes colocações sobre o “lugar”; que ajudam o debate proposto neste capítulo, no sentido em que relaciono essa categoria geográfica com as questões negras e quilombolas. Para Ratts (2011),

A categoria lugar, numa abordagem geográfica crítica, indica o espaço (em várias escalas) em que se observa a identificação e o reconhecimento do indivíduo com o local que, por sua vez, pode ser a rua, a praça, o bairro, a pequena cidade ou, para alguns autores, a cidade, a região ou nação (...) (...) se existe o lugar de negro, o local constituído pela segregação racial e espacial, há também o lugar negro ou os lugares negros, os locais com os quais indivíduos e grupos negros se identificam, nos quais se reconhecem e são reconhecidos (...) RATTTS, 2011, p.2.

E são nesses “lugares negros”, que encontro a perspectiva das comunidades quilombolas, em especial a comunidade dos Caetanos, um de tantos, lugares negros no território cearense.

Para Ana Fani Carlos, (2007 p.23),

“o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade- lugar. (...) é sempre um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões cambiantes. Mas isto só pode ser entendido se se transcende a do lugar enquanto fato isolado – o que faz com que a vida de relações ganhe impulso na articulação entre o próximo e o distante”.

E, nesse debate sobre o *lugar quilombola no território cearense* o que a fala da Ana Fani Carlos (2007) contribui é sobre a relação *habitante-identidade-lugar*. Sendo importante destacar que o processo de *auto identificação* das comunidades remanescentes de quilombo traz a memória que ultrapassa os lugares; já que remonta traços semelhantes, da história e do contexto vivenciado pelo povo negro neste país.

Na forma de lei foi através do Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 no Artigo 2º que foram definidos e caracterizados os processos de auto identificação nas comunidades quilombolas. Para os *lugares* onde essas populações já se reconheciam, foram estabelecidos os “passos” e as formas com as quais reafirmariam sua identidade diante do Estado e outras instituições. Como destaca Ilka Boaventura Leite (2005):

O Decreto 4.887 reafirma o princípio da organização étnica como uma forma de reconhecer direitos de coletividades com características culturais próprias, situando em primeiro plano o campo de lutas que a constituíram (...) reconhece a emergência, na cena pública brasileira, sobretudo nas últimas duas décadas, de um conjunto de pleitos apresentados por uma parcela da população que foi, desde a abolição do sistema escravista, invisibilizada e deixada à margem pelas políticas sociais”. (LEITE, 2005, p.53)

O processo de reconhecimento das comunidades quilombolas é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, que emite as certidões depois da declaração por parte das comunidades, em que se auto identificam como quilombolas; e do INCRA que realiza as demais etapas do processo de regularização fundiária e titulação das terras.

As figuras abaixo ilustram as comunidades certificadas pela Fundação Palmares, e tituladas pelo INCRA, presentes em um diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, programa federal lançado em 2004 que engloba políticas públicas para as comunidades quilombolas, com os eixos temáticos: acesso a terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva e direitos e cidadania.

Figura 4: Distribuição das certificações da Fundação Cultural Palmares, expedidas para as comunidades quilombolas por município.

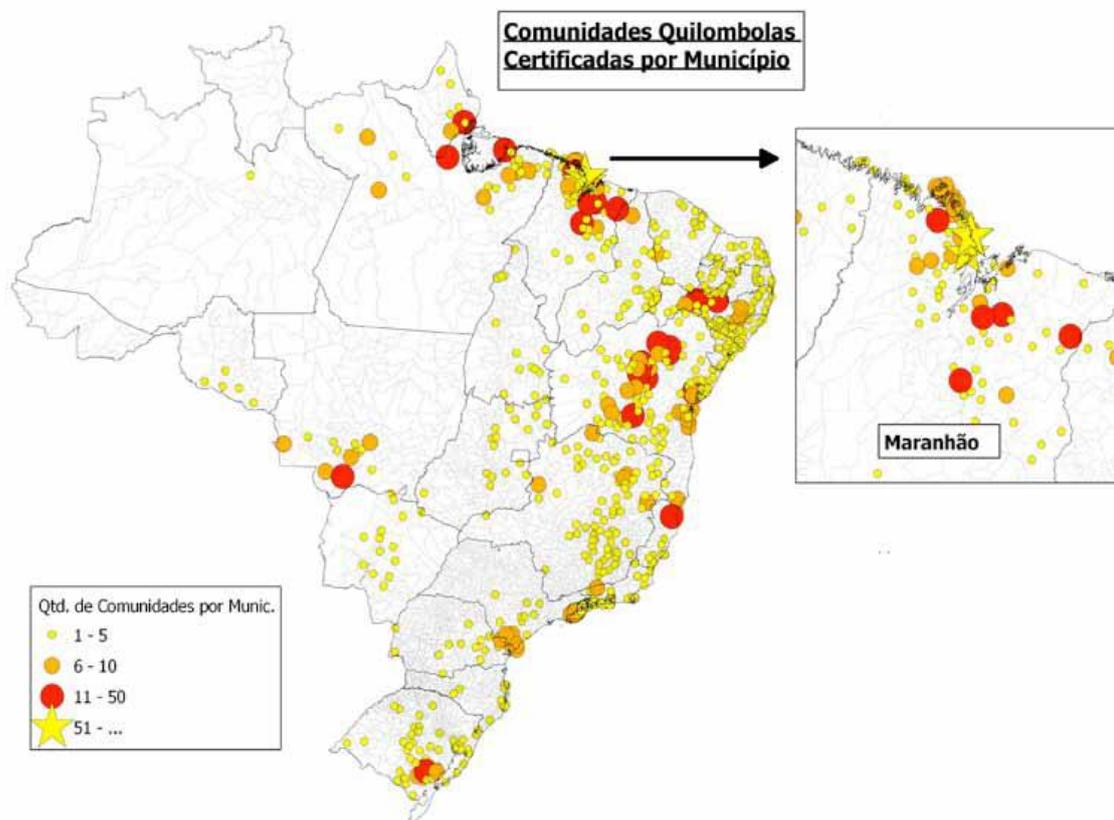
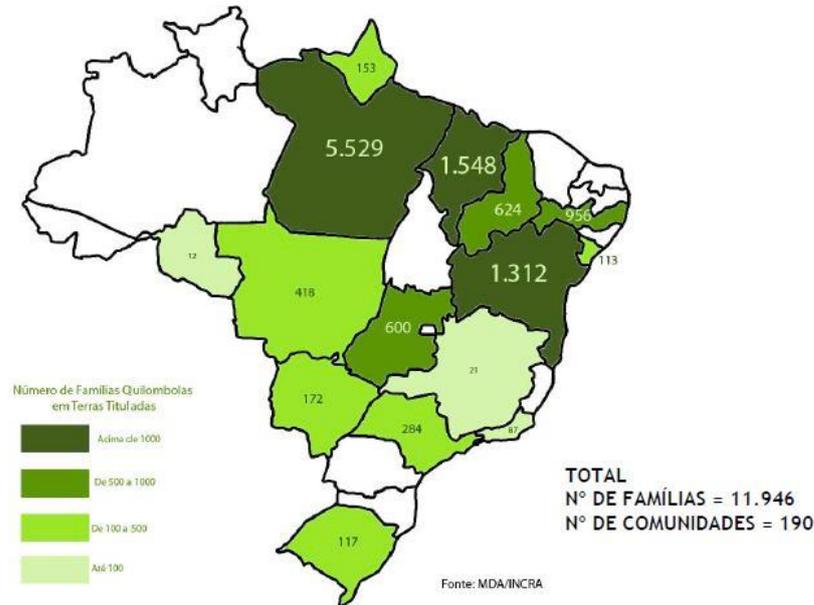


Figura 5: Distribuição das famílias quilombolas beneficiadas por titulação, por unidade da federação

SEPPIR
Igualdade Racial é pra Valer

TOTAL DE FAMÍLIAS QUILOMBOLAS EM TERRITÓRIOS TITULADOS



No Brasil **2.131** comunidades já foram identificadas, estando a maior parte localizada no nordeste; desse total, segundo dados atualizados da Fundação Cultural Palmares (abril de 2013) **1.802** já foram certificadas por essa instituição. Quanto ao processo de titulação a situação enfrenta dentre outras questões, a morosidade desse processo. Do montante de comunidades identificadas e certificadas foram expedidos apenas **139** títulos, com **1.229** processos abertos. Ou seja, a morosidade desse processo é uma realidade do campo de luta da maioria das comunidades em todo país.

No Ceará existem hoje 38 comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Palmares e 09 processos de regularização fundiária abertos junto ao INCRA, sendo que 04 deles já possuem seus relatórios concluídos. Contudo, nenhuma comunidade hoje possui a titulação da terra. No Ceará atualmente, as comunidades quilombolas tem tido maior visibilidade (em termos do acesso a políticas) em função do trabalho e atuação principalmente de organizações como a CERQUIRCE- Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas Rurais do

Ceará, e grupos de estudos e pesquisas vinculados às Universidades como o GRUNEC- Grupo de Valorização Negra do Cariri, e NACE- Núcleo de Africanidades Cearenses, além de outras organizações não governamentais, e secretarias governamentais.

3.2 TERRA E FAMÍLIA

No estado do Ceará parte das comunidades remanescentes de quilombo identificadas tem origem associada à tradição familiar. Em cada região do país existem especificidades históricas e culturais nas formas como essas comunidades se constituíram. Nos diversos contextos, tendem a expressar demandas comuns à realidade das comunidades rurais, frutos principalmente das pressões características dos conflitos de posse e reconhecimento das terras.

Trata-se de outro modelo de propriedade. Na história do Brasil, a grande propriedade latifundiária sempre se impôs como “o modelo socialmente reconhecido”, e assim foi ele quem sempre recebeu os estímulos, o reconhecimento e as políticas para assegurar sua reprodução (WANDERLEY, 1995).

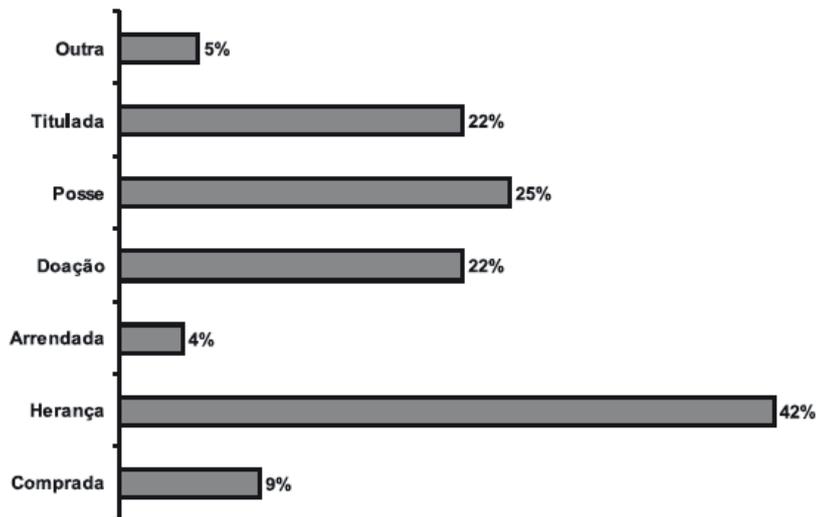
A relação entre a história da terra e família para grande parte das comunidades quilombolas passa a ser mais bem compreendida pelo esforço que vem sendo feito para preservação da memória, que é coletiva. Da mesma forma o que contribui para que esta relação entre terra e família se fortaleça e que diferencia as comunidades é a questão da posse comunal da terra. Segundo a historiadora Maria de Lourdes Bandeira (1991):

A relação das comunidades negras com a terra se deu histórica e socialmente através do coletivo, não se circunscrevendo à esfera do direito privado. A terra coletivamente apropriada configura num bem público das comunidades negras, não sendo por oposição bem ou propriedade privada de seus membros (BANDEIRA, 1991, p.8).

A questão da família para as comunidades quilombolas pode ser interpretada como estratégia de resistência e também de coesão das mesmas. São traços que

expressam a territorialidade e definem características específicas destes territórios. Abaixo um gráfico que ilustra as diversas formas em que as comunidades remanescentes acessaram seus territórios, com destaque para a forma de herança:

Figura 6.: Condição de ocupação das terras quilombolas.



Fonte: Perfil da Comunidade – Chamada Nutricional Quilombola, 2006

Para Raffestin (1993, p.59), “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos”. Assim, no contexto das comunidades quilombolas podemos compreender como “trunfos” do poder, a experiência enquanto grupos étnicos diferenciados que, definem as especificidades de seus territórios.

Portanto, a relação terra e família presente na memória coletiva de uma comunidade quilombola é a expressão da *multidimensionalidade do vivido territorial* (RAFFESTIN, 1993), ou seja, o “vivido” é o que revela a experiência de apropriação e manutenção destes territórios.

Com a introdução do debate sobre a relação terra e família introduzo a discussão sobre a experiência da família “Caetano”, que carrega muitas expressões dessa relação.

3.3 IDENTIDADE NEGRA E FAMÍLIA: CAETANOS

“O conceito de identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc.. com os quais ele mantém relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática (...)”
(Kabengele Munanga, 2003, p.4)

Conceição dos Caetanos é uma comunidade negra rural situada no município de Tururu distante 130 km de Fortaleza. Para chegar até a comunidade partindo da sede do município percorre-se cerca de 8 km, em estrada carroçável.

Foi fundada por Caetano José da Costa, que comprou o terreno no século XIX e lá estabeleceu a família e seus descendentes. Os relatos dos moradores revelam datas distintas sobre o ano de fixação da família (entre 1884 e 1887). Até a década de 1950 apenas a família habitava a localidade. Contudo, com o marco da seca de 1958 muitos moradores migraram para Fortaleza e outras regiões do Estado do Ceará. Período também que “pessoas de fora” passam a habitar a comunidade.

Trata-se de uma comunidade que tem origem fortemente identificada pelos laços familiares consolidados a partir do costume de viver e casar entre parentes. Essa relação de *parentela* pode ser encarada como uma série de relações e dinâmicas sociais no espaço claramente circunscrito dos Caetanos. São relações de amizade, reciprocidade, trocas comerciais, entre outras; que passam pelas relações consanguíneas, rituais ou semelhantes. O conceito da *parentela* para os Caetanos, não significa apenas uma estrutura formal das relações, ela se mostra como um caminho de solidariedade comunitária.

Tem uma população de aproximadamente 882 pessoas distribuídas em 207 famílias, em uma área de 381,00 ha

A estrutura espacial de Conceição dos Caetanos é caracterizada, segundo Anjos (2006) como:

É uma tipologia, geralmente próxima de um sistema viário estadual ou regional, que se aproxima do espaço de uma pequena cidade, principalmente para aproveitar serviços como telefonia, comércio, escola, creche, posto de saúde, igreja, bares. (ANJOS, 2006)

A relação entre terra e família, para os Caetanos se fortalece, no que diferencia esta comunidade: a questão da posse comunal da terra. Apesar de não ter sido iniciado o processo de regularização fundiária pelo INCRA (parte do processo de reconhecimento, posse e titulação das terras quilombolas), existe em Conceição dos Caetanos a tradição de que a escritura da terra fica nas mãos de um responsável (que deve ser um Caetano “legítimo”), que escolhe o sucessor para cuidar dessa função posteriormente. Ou seja, este documento da terra, que afirma a identidade desta família com seu território é passado de pai para filho(a) por gerações. Atualmente a pessoa responsável por essa função é a D. Bibiu (Maria Caetano Oliveira) que recebeu o documento de seu pai. Ela não somente é a responsável por essa função, mas atua como grande articuladora e motivadora da comunidade, frente a essas questões da identidade quilombola e da memória familiar.

Quando a área onde se situa a comunidade Conceição dos Caetanos foi comprada chamava-se apenas “Conceição”, com o passar dos anos e a constituição da família e identificação dos descendentes de Caetano José da Costa, a expressão “dos Caetanos” foi agregada ao nome da comunidade.

Não foi percebida durante a pesquisa a existência de um isolamento por parte da comunidade dos Caetanos, seja ele físico (espacial) ou no nível das relações com outras comunidades do entorno e com o Município. Entretanto, existe um dado que faz o diferencial: durante anos a tradição era que só poderia haver casamentos entre Caetanos. Fazendo com que a comunidade tivesse um reconhecimento como um agrupamento negro diferenciado.

No entanto, com o decorrer dos anos essa tradição esbarrou em limites vindos principalmente do casamento de Caetanos com pessoas de fora da comunidade, além dos processos de “venda de terrenos”, uma vez que nunca houve

partilha legal da herança de Caetano José da Costa (RATTS, 1996), assim como nenhum processo de regularização fundiária.

Quando falamos em *limites* nesta perspectiva é importante lembrar Ratts (1996, p. 57) na discussão sobre identidade, em seu trabalho de dissertação sobre os Caetanos:

(...) Alguns autores constroem uma linha demarcatória entre o tempo da coesão do grupo e o tempo da mudança. O tempo da coesão corresponderia à vivência das relações igualitárias e homogêneas (não capitalistas) e ao desenvolvimento de uma cultura própria. No mesmo sentido, o tempo da mudança estaria relacionado à inserção do grupo em relações capitalistas e à perda da identidade. (RATTS, 1996 p.57)

Vale, contudo ressaltar aqui, sobre a experiência dos Caetanos, a questão do *deslimite* em relação à outra perspectiva. Àquela que discute a importância que esta experiência teve no debate sobre as comunidades quilombolas no Ceará, ou seja as comunidades de negros trabalhadores rurais ou de agricultores familiares. Visto que foi uma das primeiras experiências que inspiraram esse debate na década de 1970 e 1980, ainda tímido nesse Estado. A questão do *deslimite* trata da abrangência da experiência dos Caetanos; uma escala “local” que ultrapassa as fronteiras desse espaço. Com o cuidado de diferenciar o uso do termo “local” da categoria “lugar”, discutida anteriormente. Ou seja, não é retirado do *lugar* a sua singularidade e significados, frutos da sua relação com o grupo de pessoas que nele vivem.

Nas palavras de Carlos (2007),

(...) no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos (CARLOS, 2007 p.22)

A abrangência da experiência dos Caetanos, não é analisada aqui em uma dimensão “global”, mas é importante trazer nas palavras de Milton Santos essa relação do “lugar” com o “global”, pensando que também discutimos aqui questões

sobre mediação, desenvolvimento, enquanto conceitos da “modernidade”. Segundo Santos (1998), ao mesmo tempo em que a singularidade garante configurações únicas, os lugares estão em interação, em função da atuação de forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal, o capitalismo.

No momento em que a estrutura produtiva presente no rural cearense, que é basicamente familiar e camponês, associa o trinômio família-produção e trabalho temos consequências cruciais na forma de organização social e econômica da agricultura. Em que a finalidade das atividades econômicas está vinculada às experiências de sociabilidade e à forma de inserção na sociedade global. Ressaltando duas características fundamentais: a especificidades dos sistemas de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar. Este debate aparece aqui para melhor caracterizar a inserção dos Caetanos em seu lugar de reprodução social e para afirmar mais este traço - camponês em seu lastro identitário.

4 MEDIAÇÕES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO (ETNODESENVOLVIMENTO)

“Além da competição política e econômica o desafio da construção de parcerias está em encontrar os pontos de convergência nos interesses institucionais e organizacionais. Estabelecer relações de parceria exige além de disposição em cooperar, uma atitude de confiança mútua entre as instituições ou organizações envolvidas. A verdadeira parceria não se caracteriza por uma relação de doador e donatário. O alicerce de crenças e valores. Nesse sentido o fluxo de benefícios corre de ambos os lados. (ZAPATA, 2007, p.51)

Este capítulo trata do conceito de *mediação* e o significado dele para a Comunidade Conceição dos Caetanos. Trazendo à luz que tipos de mediações estão sendo estabelecidas nesta comunidade, da mesma forma, analisando as estruturas de domínio com a chegada, reconhecimento e atuação do Estado.

Considero aqui a mediação enquanto diálogo que revela relações de poder. E, essa discussão caminha trazendo as lógicas de ação, a igualdade (ou desigualdade) de recursos e as trajetórias dos agentes envolvidos nesse processo; para debater a existência ou falta de simetria nas relações estabelecidas. Parto da ideia de que a construção da simetria pretendida entre a comunidade e os mediadores, encobre interesses que não são evidenciados na relação, e que compõem a base de uma disputa encoberta, estruturada no lugar social, no qual se relacionam quilombolas e mediadores.

Portanto, trata-se de evidenciar como se processa a relação de poder existente entre os agentes possuidores de considerável estrutura de capital e poder político, e de compreender como se constitui a identidade quilombola dos moradores de Conceição do Caetanos, assim como dos mediadores que lá atuam.

A análise da intervenção social realizada através de processos de mediação que os Caetanos vivenciam permitiu desvelar que tipos de ações estão sendo realizadas, e qual o impacto delas no viver dessa comunidade.

A mediação segundo Neves (1998), alude à “conciliação diante das divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou

compromisso”. Contudo ressalto que a *conciliação* e o *acordo* que consideramos aqui, pressupõem uma ética e uma simetria no diálogo, que é o veículo pelo qual essas relações se realizam. Para isso analiso como isso se concretiza.

A temática da mediação está no centro das discussões no campo da antropologia. E assim, emergem divergências teóricas no tratamento desse tema, assim como varias correntes e autores que tratam do mesmo. Por isso, e por considerarmos a complexidade dessa temática recorreremos a diferentes autores para tratá-la. O que se justifica também pelo fato de considerarmos o agente que se coloca (ou é colocado) na condição de mediador, assumindo um discurso às vezes ambíguo e contraditório em relação ao seu papel, principalmente quando falamos do “Estado”.

As agências públicas que fazem algum tipo mediação para a implantação de políticas públicas visando os quilombolas: o INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério Público Federal, a Fundação Cultural Palmares, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (SDA), e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Considero nesta pesquisa as políticas públicas como ações continuadas no tempo, financiadas com recursos públicos, e que procedem de diversas formas de articulação entre Estado e sociedade. As comunidades remanescentes quilombolas recebem ações diferenciadas, que constituem um campo razoavelmente novo no debate sobre essas políticas. A observação de certa negligência dos agentes sociais e administradores públicos para com essas comunidades revelam além da histórica exclusão social, a dificuldade de articulação técnica e política entre comunidades quilombolas e as organizações institucionais. De acordo com Rua (1997), Isso acarreta para a questão quilombola, pensando na luta política, a dificuldade em ganhar dimensão pública de modo significativo.

No itinerário de entender a natureza do Estado é possível constatar que seus elementos constitutivos são: o povo, o território e a soberania.

O Estado é um ordenamento jurídico destinado a exercer o poder soberano sobre um dado território, ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes. (Mortati, in Bobbio, p. 94)

Gramsci dedica um olhar especial sobre o papel do Estado na sociedade. E faz isso em diálogo fecundo com Marx, particularmente. Na elaboração de Marx é a 'sociedade civil', enquanto espaço onde se efetivam as relações de produção da vida humana, que produz o Estado. A sociedade civil é antítese do Estado. É o econômico, momento estrutural, que determina o Estado, entendido como momento superestrutural.

Nicos Poulantzas, na obra *O Estado, o Poder, o Socialismo*, retoma Gramsci e faz por sua vez uma leitura semelhante e ao mesmo tempo diferenciada em relação ao Estado. Para este autor há entre o Estado e as massas populares uma espécie de interdependência ativa, contraditória e em desenvolvimento permanente. Relação que se mantém porque possui uma materialidade de compromissos entre as classes dominantes e dominadas.

...o estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por conseqüência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas. (POULANTZAS 1985, p. 17)

O autor nos ajuda a compreender, por exemplo, o porquê de tantas políticas anunciadas pelos governos e poucas levadas à prática. Na obra citada acima, o autor caracteriza o Estado como um conjunto de aparatos e políticas que vão sendo implementadas conforme a correlação de forças e as conveniências do momento, mas tendo sempre como horizonte à dominação de longo prazo .

Os diferentes olhares sobre a trajetória do Estado pretendem ser pano de fundo para o estudo das mediações no que diz respeito aos sujeitos que tem sua origem no Estado.

A prática da mediação possui diversos instrumentos e formas de objetivação que podem interferir e transformar modo de pensar e agir. O que nos revela a proximidade dessas práticas com as relações de poder.

Conforme Neves (1998), os mediadores não atuam como o elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação. Os tipos de mediação que são realizados pelos agentes de desenvolvimento são múltiplos. Dentre eles, Sardan destaca que o agente de desenvolvimento tem uma dupla função: a) de "porta-voz" dos conhecimentos técnico-científicos e b) de mediador entre estes conhecimentos técnico-científicos e os conhecimentos populares. Este duplo papel não existe sem assinalar a "injunção contraditória", que se manifesta, de um lado, pelo fato de o agente de desenvolvimento exaltar os conhecimentos técnico-científicos contra os conhecimentos populares, e, de outro, unir um com o outro (SARDAN, 1995).

Para Sardan, esta contradição "real" é mascarada na medida em que as instituições de desenvolvimento atribuem oficialmente ao agente de desenvolvimento só um destes dois papéis. Consideram-no, sobretudo, como um porta-voz dos conhecimentos técnico-científicos, e o formam para essa missão. Não há um ensinamento sobre seu papel de mediador entre diferentes conhecimentos, e assim ele deve ser, simultaneamente, o divulgador, o missionário, o propagandista, o animador, o técnico, o retransmissor. (SARDAN, 1995)

O conceito de mediação pode ter também duas abordagens básicas:

- A sociológica que identifica e constrói atores sociais (e instituições) que estabelecem relações entre indivíduos (ou grupos sociais) com as demais partes da sociedade.

- A histórico-filosófica, onde o conceito articula-se ao processo de construção do conhecimento.

O emprego desse conceito que é feito neste trabalho tem um caráter mais sociológico, que diz respeito às relações sociais (político-culturais-econômicas) de determinado grupo social, na visão de uma pesquisadora.

Neste trabalho tento identificar a força despendida pelos Caetanos para fazer a luta política nos espaços de decisão e elaboração das políticas específicas dos

quilombolas. Sabendo das limitações do pouco tempo da pesquisa, busco mencionar essa *participação* através dos dados colhidos em entrevistas, que tinham como foco:

- o conhecimento que a comunidade apresentava sobre a existência do leque de políticas governamentais específicas direcionadas aos quilombolas (nas diversas dimensões, saúde, educação, economia, cultura);

- a participação na organização política comunitária.

Em relação às políticas, o que se apresentou nessa parte da pesquisa foi uma preocupante fragilidade na comunicação, que faz com que haja um “desconhecimento” da existência delas. Ressaltando o porquê de se fazer uma análise sobre os processos de mediação. No que diz respeito à participação na organização política da comunidade o que se mostrou foi uma comunidade com um bonito histórico de participação política (inclusive partidária), e lideranças com poder de articulação e mediação. Entretanto, foi possível perceber no trabalho dessas lideranças, a necessidade de um estabelecimento de *parcerias* no que tange à mobilização e organização da comunidade. Essas *parcerias* se estabelecem também através dos processos de mediação; e devem ter as mesmas preocupações e cuidados já levantados sobre esse processo, como ética, solidariedade e respeito.

Para desvendar os significados do conceito de *mediação* para os Caetanos identifiquei alguns mediadores, o propósito de suas ações; e se esses são explicitados ou não. Na medida em que foi se revelando no caso específico dos Caetanos e das políticas e ações em que os mediadores estavam envolvidos, uma realidade na qual o diferencial étnico e identitário desta comunidade, já reconhecido, ainda não foram suficientes para interferir em grande parte das políticas a eles direcionadas.

O “Programa Brasil Quilombola”, de responsabilidade da SEPPIR, tem como objetivo consolidar marcos de uma política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a “Agenda Social Quilombola” (Decreto 6.261), que junta ações voltadas às comunidades nos seguintes eixos: Acesso à terra; Infraestrutura, e qualidade de vida

Desta forma ressalto uma série de políticas ou ações presentes nesses eixos, nas quais as comunidades deveriam ter acesso. Destaco, portanto, na presente

discussão sobre mediação, a importância da comunicação, pois é através dela que o conhecimento sobre a existência dessas políticas se realiza, possibilitando inclusive a participação dessas populações.

Do apanhado de políticas existentes direcionadas para as especificidades das comunidades remanescentes de quilombo, considerando todas as dimensões (saúde, educação, economia, cultura), os Caetanos inserem-se em poucas. Assim, debato a figura do mediador nesse processo. Até que ponto o trabalho de comunicação tem sido eficaz?

Por essa realidade dos Caetanos, muitos aspectos analisados enquanto variáveis de “desenvolvimento” podem ser discutidos e relacionados dentro do contexto geral vivenciado pelas comunidades rurais no Estado do Ceará. E, um dos aspectos mais ressaltados na fala dos mediadores quando perguntados sobre o que mais destacariam na realidade das comunidades quilombolas, é a questão da pobreza. Como nas falas abaixo, presentes nas entrevistas que foram realizadas com esses mediadores:

“(...) Na realidade das comunidades quilombolas se observa um elevado grau de empobrecimento e desenraizamento cultural, decorrentes de processos históricos de exploração do trabalho e expropriação das terras de ocupação e posse tradicional, mas por outro lado, se consta um grande potencial para uma organização social e um etnodesenvolvimento, dependendo apenas que se dê condições materiais e educacionais para que os quilombolas reconstruam seus vínculos com a terra e com sua cultura tradicional(...)” D.G. - 53 anos, Antropólogo

“(...) Como um todo são comunidades pobres, sem terra para trabalhar, que aos poucos estão perdendo sua história, seus costumes e suas tradições. Na sua grande maioria não tem acesso à saúde de qualidade, a educação não está contextualizada dentro de sua realidade e existe uma negação total de seus direitos (...)” R.B. 46 anos, coordenador da CERQUIRCE

Sardan (1995) afirma que os agentes de desenvolvimento não são necessariamente conscientes da função de mediador, porque é o papel de porta-voz que sempre é posto em evidência, sendo definido e legitimado por uma

"competência técnica. Ele destaca a necessidade de constatar outra competência, que não lhes é fornecida. Na quase totalidade dos casos, os agentes de desenvolvimento não apreenderam a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, em especial porque a sua competência técnica foi construída sobre a negação e rejeição dos conhecimentos populares. A capacidade de conhecer e de compreender os conhecimentos populares está no centro da função de mediador que deve também ser do agente de desenvolvimento.

Neves (1998) salienta que os mediadores se apresentam como quem sabe o que deve ser produzido, a direção que deve ser impressa ao processo e o que vai acontecer. Entretanto, os mediadores não têm controle sobre este processo, eles próprios desconhecem o tipo e a prática de mediação que encarnarão nesta relação. Lidam com as resistências derivadas dos desacordos, dos desencontros de significados e de valores atribuídos a recursos materiais e simbólicos. Mesmo na aceitação lidam com reinterpretações e reapropriações (NEVES, 1998). Não dispondo das competências necessárias à mediação entre conhecimentos, os agentes de desenvolvimento asseguram esta mediação de maneira imprópria ou unilateral.

A luta política das comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos, pela sobrevivência de seus traços e especificidades culturais que são produzidas e reproduzidas no território étnico, deveria apontar o norte e a direção da qual caminha a proposta de desenvolvimento dessas comunidades. Pois é através desta luta política, quando desenvolvida dentro das próprias comunidades, que as reais demandas são percebidas. Estas demandas são metas de desenvolvimento, que, tratadas nesta especificidade arrisco-me a falar em um *etnodesenvolvimento* – enquanto ação e luta política.

O conceito de *etnodesenvolvimento* foi desenvolvido e divulgado por Rodolfo Stavenhagen, nas décadas de 1970 e 1980; trabalhado inicialmente direcionado aos povos indígenas da América Latina. Segundo Oliveira e Oliveira (1996, p.36), esse conceito é considerado "(...) como um dos modelos possíveis de desenvolvimento alternativo, contemplando uma visão endógena de desenvolvimento". Nessa perspectiva trago novamente a importância do trabalho de mediação a fim de valorizar e tomar como foco principal a participação da

comunidade envolvida, enquanto fator indispensável para o projeto de etnodesenvolvimento.

A construção de um “campo de diálogo” é condição necessária no processo de mediação em uma comunidade quilombola. Além disso, acredito que nesse diálogo é necessário que haja ética. Acontece que, percebo que a composição desse campo, vem se dando sob a superioridade e imposição da linguagem do mediador externo; e isso dificulta na construção de uma ética discursiva.

E, a perspectiva de um etnodesenvolvimento para a comunidade Conceição dos Caetanos sugere como essencial, uma “situação eticamente ideal”; na qual os representantes quilombolas sejam considerados verdadeiros interlocutores dos processos de mediação. Estabelecendo um “consenso negociado”, e participando das regras estabelecidas nessa interlocução (Oliveira; Oliveira, 1996).

Destaco aqui algumas falas de moradores de Conceição dos Caetanos. São falas que revelam perspectivas distintas quando questionados a respeito das transformações ocorridas na comunidade nos últimos anos, sobre as mudanças após o processo de reconhecimento por parte do Estado enquanto comunidade quilombola:

“Eu percebi que a comunidade precisava de incentivo (...) o prefeito incentivou muito, e disse: ‘ - eu vou dar asas para vocês”.

“A comunidade está mais articulada e sabe mais de seus direitos. As pessoas questionam”. “O valor da merenda aumentou por ser uma comunidade quilombola”

“Quanto aos apoios pra cultura, tem mais em novembro, na época da festa.”

(A.C- Facilitador do Pró-jovem e agente cultural)

“Cestas do Fome Zero pode ter haver com essa coisa de quilombola, mas eu não sei. Tem coisas acontecendo que não sei se tem haver r ou não com essa coisa de quilombolas”. (C. - Comerciante).

“Mudou muita coisa. Só em ter reconhecimento, já é bom. Nós mesmos nos reconhecemos.” Em relação aos direitos (saúde, educação) é tudo igual as outras comunidades. Não tem nada diferente. O PSF é igual, a escola é igual (...).”

(S. - Agente de saúde).

“Mesmo que todo mundo não tenha conseguido entender sobre essa questão quilombola, as mudanças atingiu todo mundo”.

(B.-Liderança da comunidade)

Essas falas trazem um elemento muito importante nos processos de mediação: a comunicação. Comunicação que desafia esse processo, mas que também revela intencionalidades imbricadas no mesmo.

As comunidades remanescentes de quilombo são parte do grupo que chamamos de *comunidades tradicionais*, como os povos indígenas, as comunidades de terreiro, os extrativistas, ribeirinhos, dentre outros. Logo, eles possuem outra lógica de compreensão e vivência do significado de “desenvolvimento” dos seus territórios.

Entende-se por comunidades tradicionais aqueles grupos humanos culturalmente distintos que, de forma histórica, reproduzem seu modo de vida, seus valores e tradições, de maneira mais ou menos isolada, utilizando modos de cooperação social e costumes específicos de relação com o meio natural, destacando-se pelo manejo sustentado do meio ambiente (ARRUDA, 1997). No Brasil, o Decreto n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que reconhece formalmente as diversas populações tradicionais e oficializa os benefícios das políticas públicas.

O *I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana* (realidade onde se inserem as comunidades quilombolas), fruto da Convenção 169 da OIT funciona como um instrumento de planejamento, implementação e monitoramento das políticas públicas prioritárias para os povos tradicionais de matriz africana, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR. As ações nele presentes seguem a orientação de três eixos:

a) Garantia de direitos; b) Territorialidade e cultura; c) Inclusão social e Desenvolvimento Sustentável.

Portanto a *mediação para o desenvolvimento* dessas comunidades deve antes de tudo construir uma ética do diálogo com a compreensão da materialidade

de origem e o percurso histórico. As lutas, conquistas e ausências desta comunidade também podem ser expressas, em parte através dos dados de infraestrutura, tratados no próximo capítulo.

5 NÚMEROS QUE REVELAM

Para discutir a questão dos “números que revelam” parte da realidade socioeconômica das comunidades remanescentes de quilombos, assim como da realidade dos Caetanos trago para iniciar e ilustrar esse debate 03 mapas (figura 7) presentes no Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola- PBQ (2012), sobre a concentração das famílias quilombolas inscritas no *Cadastro Único* por unidade da federação. O *Cadastro Único* subsidia a gestão pública dos programas sociais, através de um banco de dados e informações das famílias de “baixa renda”.

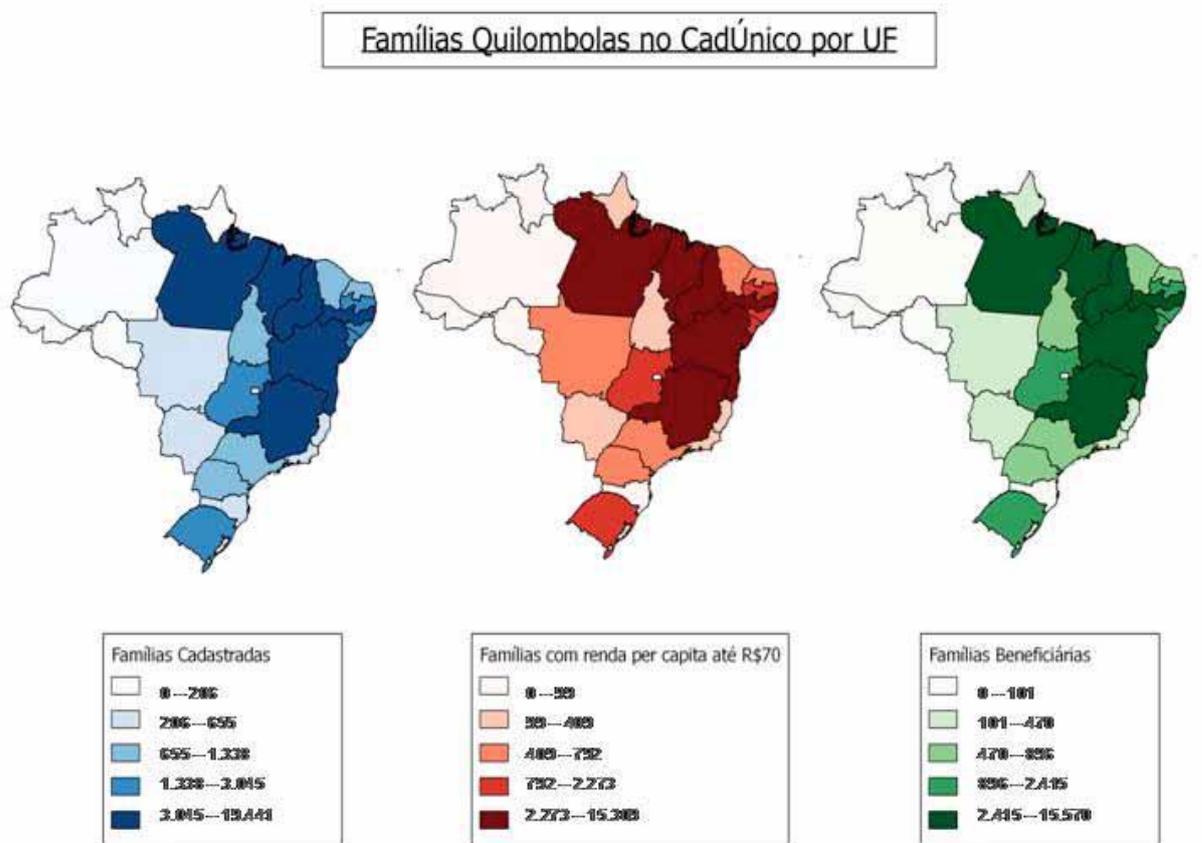


Figura. 7: Concentração das famílias quilombolas inscritas no cadastro único, por unidade da federação. Fonte: Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola-PBQ, 2012

A proposta desse cadastro é possibilitar para os governos uma análise das principais demandas sociais dessas populações. Trazer essas imagens para o debate proposto aqui é importante no sentido que reafirma a realidade onde estão inseridas as comunidades quilombolas: na expressiva parcela da população brasileira que possuem grande demanda dos programas sociais do governo.

A realidade da Comunidade Conceição dos Caetanos em relação à infraestrutura conta com: uma igreja dedicada a Nossa Senhora das Graças; quadra para atividades comunitárias, localizada ao lado da igreja; escola de ensino fundamental com boas condições estruturais, energia elétrica, uma caixa d'água com rede de distribuição; casas de farinha, sendo algumas de uso coletivo, estabelecimentos comerciais (bares e mercearias); “casa digital”, parte do Projeto “territórios digitais” do Programa Território da Cidadania-MDA; e as casas de

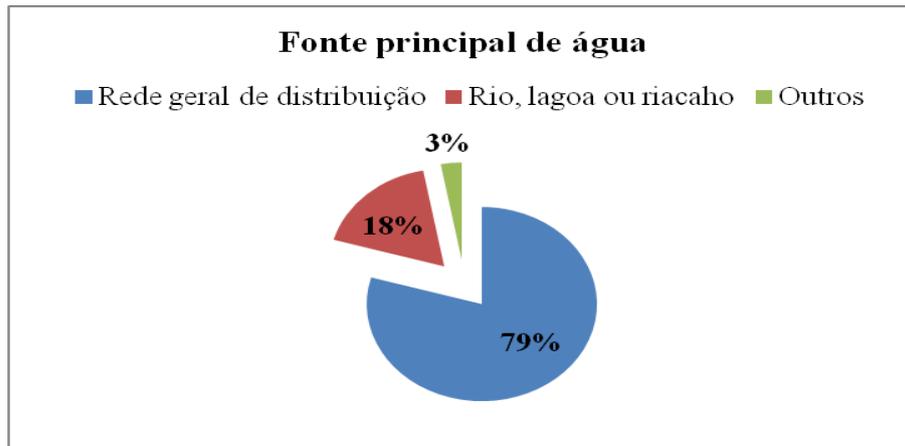
moradia, que estão dispostas em sua maioria no entorno da Igreja e próximas à estrada calçada que corta a comunidade.

Na base da economia estão a agricultura de subsistência (mandioca, milho e feijão), e as pequenas atividades de comércio. Na composição da renda tem a forte participação das aposentadorias e benefícios dos Programas Sociais do Governo, como Bolsa Família. Somado a isso, as famílias da comunidade recebem cestas de alimentos vindas através do Programa Brasil Quilombola. Essas cestas são distribuídas através da Associação Comunitária.

A eletrificação rural sempre foi um grande desafio para o Brasil. O Censo 2000 do IBGE mostrou que havia dois milhões de famílias no meio rural que viviam sem eletricidade e 90% delas tinham renda de inferior a três salários mínimos e estavam, majoritariamente, nas localidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A Comunidade dos Caetanos, a partir do Programa Luz para Todos tem cobertura total no que diz respeito à energia elétrica.

Quanto à infraestrutura hídrica, podemos observar no gráfico abaixo que a maioria dos entrevistados utiliza água encanada, vinda da rede de distribuição. Um sistema de abastecimento de água quando é bem projetado, consegue ou chega muito perto de conseguir vários benefícios, tanto sanitários, sociais e econômicos. Podemos citar: melhoria da saúde e das condições de vida de uma comunidade; diminuição da mortalidade em geral, principalmente da infantil; aumento da esperança de vida da população; diminuição da incidência de doenças relacionadas a água; Implantação de hábitos de higiene na população; facilidade na implantação e melhoria da limpeza pública; proporciona conforto e bem-estar principalmente para mulheres e crianças, geralmente responsáveis pelo carregamento de água no meio rural, melhoria das condições de segurança; aumento da vida produtiva dos indivíduos economicamente ativos; diminuição dos gastos particulares e públicos com consultas e internações hospitalares, facilidade para instalações de agroindústrias, onde a água é utilizada como matéria-prima ou meio e operação.

Gráfico.1: Fonte principal de água



Fonte: Elaboração própria

Quanto à qualidade da água que se bebe, observamos na tabela seguinte que parte significativa do grupo entrevistado consome água sem tratamento algum.

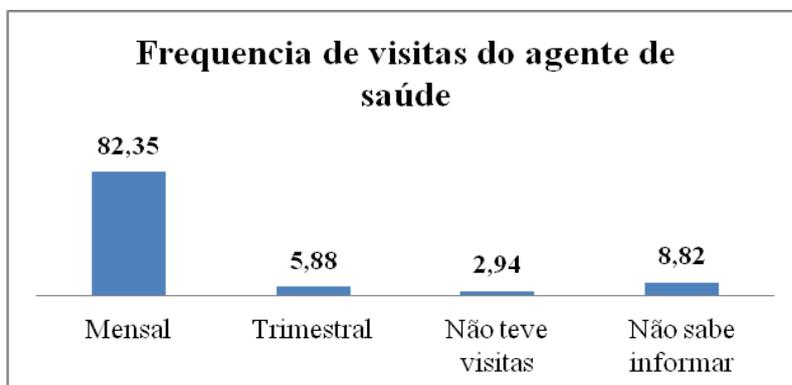
Tabela.1: Forma de tratamento da água

Forma de tratamento da água		%
Fervida	2	5,88
Tratada com cloro	2	5,88
Cooda	1	2,94
Filtrada	17	50,00
Sem tratamento	12	35,29
Total	34	100,00

A qualidade da atenção dada pela agente de saúde é uma questão que só pode ser respondida a partir de casos concretos e evidentemente reflete a qualidade da capacitação, supervisão, motivação, apoio material e, principalmente, o apoio político à proposta, que favorece ou dificulta todas as outras condições. Na medida em que os agentes de saúde são moradores do campo, estas propostas têm sido

criticadas como uma forma de "passar a responsabilidade" pela saúde às comunidades, em vez de reconhecer a saúde como dever do Estado. Esta crítica talvez seja mais pertinente nos casos em que o agente de saúde trabalha voluntariamente, sem o apoio efetivo do setor de saúde, embora o trabalho voluntário seja uma forma de atuação política das próprias organizações comunitárias, e uma estratégia para pressionar o setor de saúde. Abaixo um gráfico obtido através dos questionários aplicados em 2012 com as famílias na comunidade dos "Caetanos", sobre a frequência de visita do agente de saúde:

Gráfico 2. Frequência de visitas do agente de saúde



Fonte: Elaboração própria

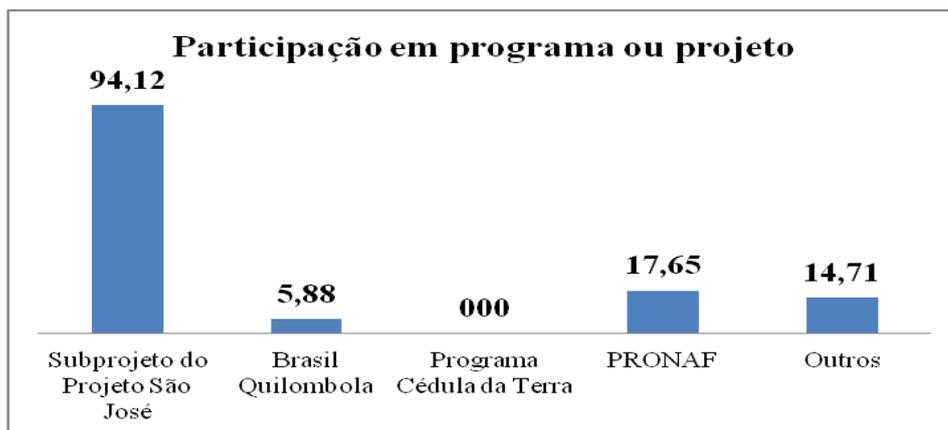
Existem hoje estudos que refletem uma preocupação com a análise de práticas educativas em saúde na promoção da transformação social. Esses estudos têm concluído que alcançar objetivos pelo agente, considerados adequados à melhoria de saúde da população interfere concretamente no seu desempenho como educador em saúde; que às vezes se resume a convencer a população de forma habilidosa, do que ela precisa fazer. Esta prática, que gera participação passiva dos tipos "consumo" ou "escolar" é vista como prática de educação dominadora. A questão crucial do papel do agente de saúde na "conscientização", embora parta metodologicamente das questões individuais, e tenha por base a "democratização do saber médico", avança para um atendimento da natureza coletiva dos processos de saúde e doença e da ação coletiva possível. Cabe destacar aqui que de acordo com as entrevistas feitas com parte da comunidade de Conceição dos Caetanos, ainda pouco se sabe das políticas de saúde específicas para a população negra.

5.1 A PARTICIPAÇÃO EM NÚMEROS

Compreendo que a participação da comunidade nos processos políticos, somado ao aumento das capacidades e habilidades dos atores sociais nela envolvidos, é essencial na busca de soluções para os problemas vivenciados pela mesma. A ação coletiva, compreendida aqui no contexto dessa pesquisa pelo movimento quilombola, me parece ser o caminho para alcançar visibilidade e representatividade dessa parcela da população; além da busca por qualidades nos mais variados âmbitos, como o educacional, econômico, cultural, entre outros.

Podemos perceber que a maior parte dos entrevistados em Conceição dos Caetanos tem alguma inserção nas organizações coletivas. E mais de 80% do grupo participa de Associação, ou participou de projeto ou programa (gráfico3),

Gráfico 3. Participação em programa ou Projeto



Fonte: Elaboração própria

Tabela 2. Participação Política

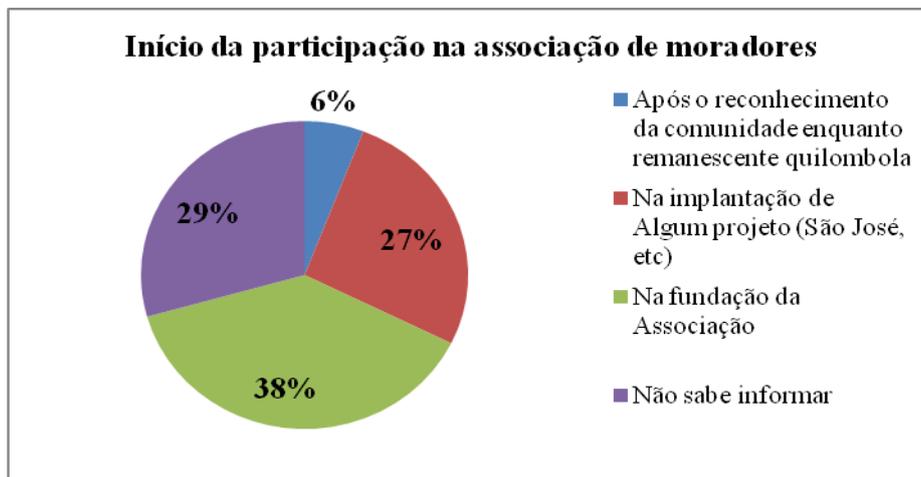
Participação política- comunitária		%
Associação comunitária e/ou Quilombola	29	85,29
Associação, cooperativas, grupo de produtores	21	61,76
Movimentos sociais do campo	2	5,88
Movimentos vinculados à igreja	22	64,71

ONGs	2	5,88
Organizações sindicais	22	64,71
Partido Político	6	17,65

Fonte: Elaboração própria

Também é demonstrado nos próximos gráficos que boa parte do grupo ingressou na Associação na data da sua fundação. Parte significativa não se recorda quando ingressou, e a outra parte também bastante significativa ingressou na Associação na ocasião de algum projeto.

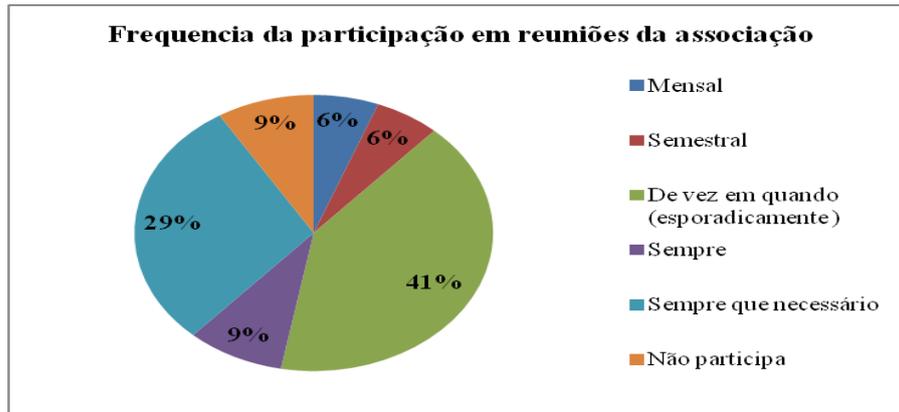
Gráfico 4. Início da participação na associação.



Fonte: Elaboração própria

Dos que se afirmaram associados, pouquíssimos frequentam as reuniões regularmente, como observamos no gráfico abaixo. Essa pouca participação revela algumas características do momento atual vivenciado pela comunidade: certa dificuldade de mobilização. Uma questão também levantada nas entrevistas com as lideranças.

Gráfico 5. Participação em reuniões da associação

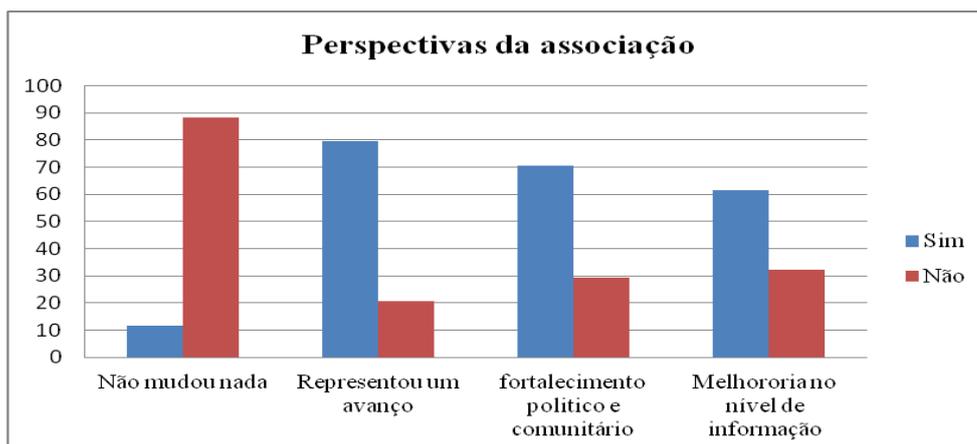


Fonte: Elaboração própria

Os entrevistados identificam a importância da Associação, quanto ao nível de informação, ao fortalecimento político, e ao desenvolvimento da comunidade, mas isto não se traduz em participação efetiva, como pudemos perceber em outros resultados, como na frequência nas reuniões.

O gráfico abaixo revela qual a perspectiva que os entrevistados têm da associação. No sentido do nível de interferência que ela teve no cotidiano da comunidade e no seu fortalecimento.

Gráfico 6. Perspectiva da associação.



Estes dados trazidos nestes gráficos e quadros se assemelham aos dados de muitas comunidades rurais do interior do Ceará. O impacto desta realidade na perspectiva de desenvolvimento, na mobilização popular necessita ser destrinchada

a partir de uma abordagem etnográfica. É na compreensão da lógica e da simbólica quilombola que estão as nuances dos traços identitários deste grupo.

6 INTERPRETAÇÕES E CONCLUSÕES

A trajetória histórica dos Caetanos relatada por pesquisadores, fundamenta o dilema moderno da comunidade: “ser e estar Caetano”, a permanência na comunidade, fator de resistência e manutenção do território é considerado hoje pela juventude “Caetana” como um dilema pela ausência da perspectiva de melhoria de vida, através da agricultura tradicional praticada pelos “velhos” da comunidade. Esta questão é amplamente discutida pelos teóricos da questão agrária; e nos Caetanos torna-se complexa pela intensa relação com o espaço urbano em proximidade, e por relações de trocas simbólicas. O poder público municipal se utiliza da imagem da comunidade, reconhecida como remanescente quilombola, e em troca fornece alguns benefícios pessoais. Nesta análise reiteramos a ideia de Poulantzas, trazida no referencial teórico, onde para este autor há entre o Estado e as massas populares uma espécie de interdependência ativa, contraditória e em desenvolvimento permanente. Relação que se mantém porque possui uma materialidade de compromissos entre as classes dominantes e dominadas.

A ideia de desenvolvimento presente no discurso das famílias se assemelha à ideia presente na maioria das comunidades rurais do interior do estado do Ceará. Isto de diferencia no discurso das lideranças da comunidade, que evidenciam a necessidade da valorização da cultura negra, como fator imprescindível ao desenvolvimento local. O que nos faz lembrar o alerta de Ratts quanto ao perigo de não enxergarmos elementos de fortalecimento ou “empoderamento” nos grupos sociais populares, pois não há um processo social único, há tanto perdas quanto fortalecimentos. A análise dos processos formativos do coletivo, do surgimento das lideranças, da negociação com o Estado e afirmação de identidade coletiva requer estudo mais extenso.

A sociedade brasileira, segundo Bernardino (2006), acostumou-se a dividir-se entre os “herdeiros da Casa Grande e os herdeiros da senzala”, e ambos se acostumaram com o legado da desigualdade deixado por esses espaços. E mesmo resgatando a história da luta, a organização e resistência de negros e negras, vemos um cenário de secundarização das políticas raciais. Florestan Fernandes, que muito colaborou para a leitura dramática dos negros no Brasil diz que a filosofia política da

solução da questão negra baseou-se sobre o velho padrão da absorção gradual dos indivíduos negros através da seleção e assimilação daqueles que escolhessem se identificar a si mesmos com os círculos dominantes da raça dominante e manifestar completa lealdade aos seus interesses e valores sociais. (Fernandes, 1969)

Não se pode afirmar com certeza que o fato dos Caetanos estarem se casando agora com brancos, assumindo cargos de confiança no poder municipal, almejando atividades profissionais fora da comunidade e do rural seja uma evidência clara de que estejam enfrentando de maneira brutal um processo direto e rápido de assimilação. Mas podemos afirmar a existência de novas correlações sociais, que redesenham esta comunidade, que em associação à atuação dos mediadores produzem uma realidade crítica em Conceição dos Caetanos. Onde já dito por Sardan (1995) os agentes de desenvolvimento não apreenderam a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, em especial porque a sua competência técnica foi construída sobre a negação e rejeição dos conhecimentos populares. Inseridos em um abismo de diferença social, econômica e de oportunidades, os mediadores geram tensões quando interagem com a comunidade fazendo com que a mediação se aproxime de um cenário e não propriamente de uma ação emancipatória.

Agradecida pela convivência com os Caetanos que me propiciaram desvelar meus caminhos de *assimilação*, e neles encontrar a possibilidade de retorno. Percebo que na procura pela identidade dos Caetanos em seus traços étnicos e perspectivas de desenvolvimento me descobri pesquisadora negra.

É no descobrir do sujeito negro coletivo que a Comunidade dos Caetanos tende a se fortalecer no enfrentamento das disputas de território, do poder. A difícil afirmação negra é condição de sofrimento e libertação.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. Meninas Perdidas In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 299-314 ALBERTI, Verena. História Oral : A experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1989.

ALBERTI Verena; ARAUJO PEREIRA, Amílcar (org.). *Histórias do movimento negro no Brasil; depoimentos ao CPDOC* - Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum*. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ANDRADE, M.C. *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e o poder local*. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. e SILVEIRA, M.L. (orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1998.

ANJOS, J. C. G. dos. Identidade étnica e territorialidade. In: ANJOS, J. C. G. dos; SILVA, S. B. *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 63-119.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo (pesq); CIPRIANO, André (fot.). *Quilombolas. Tradições e cultura de resistência*. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

AQUINO, Rubim Santos Leão de [et al] (org.) *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo* – Rio de Janeiro: Record, 2000

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Terras Negras: invisibilidade expropriadora*. Em: *Terras e territórios de negros no Brasil*. / org. de Leite, Ilka B. Textos e Debates - NUER/UFSC, ano 1, n. 2, 1991.

BANDEIRA, L. C. C. *Entidades africanas em “troca de águas”: diásporas religiosas desde o Ceará*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado). Departamento de História. PUC-SP.

BARBOSA, Lúcia Maria Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). *De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisas sobre o negro, cultura negra e relações étnico raciais no Brasil*. São Carlos: EduFSCAR, 2006 , p. 227-242

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4ª ed. Campinas/SP, Papirus, 1994.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 2 vols., 1965.

_____. Negro in Brazilian society. Trad. Jacqueline D. Skiles, A. Brunel, e Arthur Rothwell. Edited by Phyllis B. Eveleth. New York, Columbia University Press, 1969.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone (org). *Uma Nova História do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma Poética da Diversidade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Traduzido por Patrick Burglin. 2ª ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. *Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333- 334.

LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

LUKÁCS, George. *Ontologia do Ser Social. A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Conquista, 1972.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo. Editora Ática, 1988.

MUNANGA, K. *Origem e histórico dos quilombos em África*. In: MOURA, C. (Org.) *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001. p. 21-31.

MUNANGA, Kabengele. *Diversidade, Etnicidade, Identidade e Cidadania*. In: Cadernos ANPED- Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica. São Paulo, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Origem e histórico do quilombo na África*. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996.

NEVES, C. E. B. e CORRÊA, M. B. *Pesquisa social empírica: métodos e técnicas*. Cadernos de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 9. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.199 p.

NEVES, C.E.B. & CORRÊA, M.B. *Pesquisa social empírica: métodos e técnicas*. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre: UFRGS. v 9, 1998. 200 p.

OLIVEIRA JÚNIOR, Adolfo Neves de. *A invisibilidade imposta e a estratégia da invisibilização entre negros e índios: uma comparação*. In: Brasil: um país de negros? Org. Jeferson Bacelar e Carlos Caroso.Ed. Pallas. RJ.1999.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª ed. São Paulo, Graal, 1985.

POCHMANN, Marcio (org.). *Atlas da exclusão social no Brasil, v. 3: os ricos no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. *Fronteiras invisíveis: Territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação (Mestrado em geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996.

RATTS, Alex. *O negro no Ceará (ou O Ceará Negro)*. In: CUNHA JÚNIOR, Henrique, SILVA, Joselina da, NUNES, Cícera.(organizadores). *Artefatos da Cultura Negra no Ceará*. Edições UFC, 2011.

RATTS, Alex. *Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez*. Comunicação oral apresentada no GT Intersecções entre raça, etnicidade e gênero: africanos(as) e afro-brasileiros(as), conexões diferenciadas e/ou desiguais no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 2011 (mimeo).

RUAS, Maria da Graça. *Análise de Políticas públicas: conceitos básicos*. Brasília, BID, BNDES, 1997. Mimeografado

SADER, Emir. *Os porquês da desordem mundial*. Rio de Janeiro – São Paulo, Record, 2005.

SANTOS, M. 1988. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo. Hucitec.124p.

SARDAN, J. P. O. de. *Anthropologie e développement: essai en socio-anthropologie Du changement social*. Paris, APAD- Karthala, 1995.

SILVA, José Afonso da. *Garantias Constitucionais ao Direito Étnico no Brasil:O Caso das Terras dos Pretos de Frechel*. In: "Desenvolvimento e Cidadania" .Curso de Direito Constitucional Positiva 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOUSA, Antônio Vilamarque *Carnaúba de. negrada negada: a negritude fragmentada - o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)*. 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2006.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Aos Fantasmas das Brenhas: Etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre/RS. UFRGS. 1998. (Tese de Doutorado em Antropologia.)

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

WANDERLEY, Nazaré. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ZAPATA, Tânia. *Desenvolvimento Territorial à distância*. Florianópolis: SEaD, UFSC, 2007.

A N E X O S



PESQUISA DE MESTRADO/PRODEMA-UFC

Marcella Escobar da Costa



QUESTÕES PARA OS MEDIADORES

Nome:

Idade:

Profissão:

Local (empresa, instituição) onde trabalha ou atua:

1- O que você entende como “mediação”?

2- Você considera seu trabalho com o de um mediador(a)? Porquê?

3- O que caracteriza um trabalho junto a uma comunidade quilombola? Tem alguma especificidade que define esse trabalho?

4- Há quanto tempo você trabalha com comunidade quilombola? Qual é a sua atuação? Em que área?

5- Quais características você destacaria da realidade comunitária que você atua?

6- Pra você o que é “desenvolvimento” no contexto de uma comunidade quilombola?

7- Seu trabalho tem alguma coisa a ver com o que respondeu na pergunta anterior sobre “desenvolvimento”? O quê?

Obrigado pela atenção!

**PESQUISA DE MESTRADO
MARCELLA ESCOBAR**

INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

JANEIRO 2013

Identificação do questionário

1. Nº questionário: (preenchido pelo digitador) [.....]
2. Grupo amostral: 1-família da comunidade [.....]
3. Mora na comunidade desde que ano? () [.....]
- 4- É da família Caetano?
5. O(A) Sr(a) é membro da Associação? 1-Sim, 2-Não [.....]
[]
6. Nome Associação:

Entrevistador

7. Entrevistador: [.....]
8. Data: [...../...../.....]

BLOCO I – PERFIL SOCIOECONÔMICO

A – CARACTERIZAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA E DEMAIS MORADORES

➤ Deverão ser incluídos no quadro todos os membros da família nuclear do chefe e seus demais filhos que VIVEM NO DOMICÍLIO, casados ou não. Também serão registrados os demais moradores do domicílio em caráter permanente. O domicílio refere-se ao local onde o chefe vive com sua família. Primeiro faça a listagem dos membros do domicílio, iniciando com o chefe da família. e os demais moradores. Idade inferior a 1 ano deve ser registrada com ZERO. Para o curso supletivo considere a série equivalente do curso regular.

Nº pessoa	Nome	08. Relação de parentesco com o(a) chefe: 1-Chefe 2-Cônjuge 3-Filho/enteado 4- Pai/mãe/sogra 5-Irmãos 6-Outro parente 7-Agregado 8-Pensionista 9-Empregado	09. Idade (anos)	10. Gênero: 1-Masculino 2-Feminino	11. Sabe ler/ escrever? 1-Sim 2-Não	12. Anos de estudo: 0-Sem instrução 1-1ª série fundamental 2-2ª série fundamental 3-3ª série fundamental 4-4ª série fundamental 5-5ª série fundamental 6-6ª série fundamental 7-7ª série fundamental 8-8ª série fundamental 9-1ª série médio 10-2ª série médio 11-3ª série médio 12-Superior incompleto 16-Superior completo	13. Está freqüentando escola? Qual o curso? 1-Fundamental (1º grau) 2-Médio (2º grau) 3-Superior 4-Supletivo fundamental 5-Supletivo médio 6-Alfabetização adultos 7-Pré escola/creche 8-Não freqüenta	14. Principal ocupação: 1-Agropecuária (agricultura, pecuária, extração, caca, pesca) 2-Administração nas atividades agropecuárias 3-Extencionistas, técnicos na agropecuária 4-Ocupações especializadas na agropecuária (tratorista, vacinador etc.) 5-Demais ocupações agropecuárias 6-Indústria, construção civil 7-Comércio e serviços em geral 8-Técnica, científica, artística, ensino 9-Administrativa 10-Serviço social 11-Outra ocupação 12-Não tinha ocupação (próxima linha)	15. Posição no trabalho :			16. Local da ocupação Principal: -1-Não se aplica 1-Rural 2-Urbano
									-1-Não se aplica	1-Empregado permanente	2-Empregado temporário	
									Janeiro 2013	Janeiro 2013	Janeiro 2013	
1	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

➤ **Quadro auxiliar para os cálculos da cesta básica**

Nome do produto e unidade	Quantidade recebida p/ mês	Preço médio unitário de venda (R\$/unidade)	Valor estimado (R\$)
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

BLOCO I – PERFIL SOCIOECONÔMICO

C – CONDIÇÕES DE VIDA

18. Números de cômodos que são utilizados permanentemente como dormitório para os moradores: [.....]
19. Tem banheiro/sanitário na moradia? [.....]
1-Sim
2-Não
20. Qual é o principal destino do esgoto do domicílio? [.....]
1-Rede coletora de esgoto (pluvial)
2-Fossa séptica (revestida com alvenaria)
3-Fossa rudimentar (fossa negra)
4-Céu aberto, vala, rio, lago ou mar
5-Outra forma
21. Qual é a principal forma de iluminação no domicílio? [.....]
1-Elétrica (de rede, gerador, solar)
2-Óleo, querosene ou gás de botijão
3-Não tinha
4-Outra forma

22. A moradia tem água canalizada em, pelo menos, um cômodo? [.....]
1-Sim
2-Não
23. A fonte principal de água utilizada na moradia é proveniente de: [.....]
1-Rede geral de distribuição (rede pública)
2-Poço ou nascente (cacimba, cacimbão, amazonas, chafariz)
3-Riacho, lagoa, açude, barragem
4-Caminhão pipa
5- Cisterna
6-Outras
24. Qual é a condição de abastecimento de água em seu domicílio ... ? Janeiro 2013[.....]
1-Sem abastecimento de água no domicílio
2-Abastecimento precário, em apenas alguns meses do ano
3-Abastecimento regular, durante o ano todo
25. A água utilizada para beber é: Janeiro de 2013[.....]
1-Fervida
2-Tratada com cloro
3-Sem tratamento

Segurança alimentar

FAZER QUESTÃO ABERTA

- QUE TIPO DE ALIMENTO MAIS SE CONSOME
- ALGUMA TRADIÇÃO ALIMENTAR, ETC

Saúde dos membros do domicílio

26. Há casos de verminoses em seu domicílio ... ? [.....]
-2-Não sabe, não informou
1-Sim
2-Não

27. Há casos de diarreia em seu domicílio ... ?

[.....]

-2-Não sabe, não informou

1-Sim

2-Não

28. Há casos de tuberculose em seu domicílio ... ?

[.....]

-2-Não sabe, não informou

1-Sim

2-Não

29. Há casos anemia no domicílio ... ?

[.....]

-2-Não sabe, não informou

1-Sim

2-Não

30. Qual é a frequência de visitas do agente de saúde/profissionais da saúde no seu domicílio? [.....]

1-Até mensal

2-Trimestral

3-Semestral

4-Uma vez por ano ou menos

5-Não teve visitas

31- O(A) Sr(a) tem acesso aos seguintes serviços (o acesso significa a existência de disponibilidade do serviço, mas não implica necessariamente em

1-Sim 2-Não

A – Posto ou centro de saúde

[.....]

B – Farmácia no povoado rural (ou comunidade)

[.....]

C – Farmácia na cidade

[.....]

D – Distribuição gratuita de medicamentos

[.....]

32. Quando necessitaram, os membros do domicílio tiveram acesso a serviço público de ambulância?

1-Sim

2-Não

3-Não necessitaram

BLOCO II – INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

➤ Neste bloco de perguntas são coletadas informações sobre a experiência associativa do entrevistado, incluindo a participação em atividades comunitárias, em associações e gestão de projetos coletivos.

Experiência associativa

33. Em que tipo de atividades comunitárias o(a) Sr(a) participa ?

1-Sim 2-Não

A – Trabalhos coletivos na comunidade (mutirão)

[.....]

B – Organização de eventos comunitários (festas, bingo, apoio a vizinhos etc.)

[.....]

C – Movimentos reivindicativos (abaixo-assinado, solicitações junto a órgãos públicos etc.)

[.....]

34. De que tipo de organização comunitária o(a) Sr(a) participa ... ?

1-Sim 2-Não

A – Associações comunitária e/ou Quilombola

[.....]

B – Associações, cooperativas, grupo de produtores

[.....]

C – Movimento social organizado (MST etc.)

[.....]

D – Movimentos vinculados às igrejas

[.....]

E – ONGs

[.....]

F – Organizações sindicais, Fetraece

[.....]

G – Partido político

[.....]

35. O(a) Sr(a) já participou de outro tipo de programa ou projeto? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

[.....] A – Subprojeto do Projeto São José,

[.....] B – Brasil Quilombola

[.....] C – Programa Cédula da Terra, Crédito Fundiário

[.....] D – PRONAF

[.....] E – Outros

36. Quais foram os benefícios obtidos com esses projetos? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

[.....] A – Barragem, açude

[.....] B – Cisterna

[.....] C – Cisternas de abastecimento de água

[.....] D – Eletrificação rural

[.....] E – Vias de acesso

[.....] F – Habitação

[.....] G – Melhoria sanitária

[.....] H – Escola

[.....] I – Agroindústria, casa de farinha,
instalações para processamento da produção

[.....] J – Instalações para armazenamento, câmara fria

[.....] K – Mecanização agrícola

[.....] L – Comercialização, módulo feira, módulos múltiplo uso

[.....] M – Irrigação

[.....] N – Novos cultivos ou criações em parceria

[.....] O – Prestação de serviços externos

(horas de trator, uso de armazéns, câmara fria etc.)

[.....] P- Outros (.....)

Participação na associação

37. Quando o(a) Sr(a) entrou para a associação? [.....]

1-Após o reconhecimento da comunidade enquanto remanescente quilombola

2-Na implantação de algum projeto (São José, etc)

3- Na fundação da Associação

38. O(A) Sr(a) participou dos encontros/ reuniões que tratavam do reconhecimento da comunidade enquanto remanescente quilombola? [.....]

1-Sim

2-Não

39. Com que frequência o(a) Sr(a) participa das reuniões da associação? [.....]

1-Mensal

2-Semestral

3-De vez em quando/esporadicamente

4-Sempre que necessário (assuntos mais importantes)

5-Não participa

40. O(a) Sr(a) sente-se representado na associação? [.....]

1-Sim

2-Não

41. O(A) Sr(a) se considera bem informado sobre os assuntos tratados na associação? [.....]

1-Sim

2-Não

42. Qual é sua opinião sobre a associação? (resposta múltipla)

-2-Não sabe 1-Sim 2-Não

[.....] A – Não mudou nada

[.....] B – Representou um avanço na representação dos interesses da comunidade

[.....] C – Fortaleceu politicamente a comunidade na conquista de benefícios

[.....] D – Melhorou o nível de informação da comunidade

43. O movimento quilombola teve efeitos sobre sua participação na vida comunitária? [.....]

1-Dimimuiu

2-Não se alterou

3-Estimulou

44. O movimento quilombola mudou o relacionamento com vizinhos? [.....]

1-Piorou

2-Não se alterou

3-Melhorou

45. No último ano (2012) o(a) Sr(a) participou de quais cursos ou reuniões? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

[.....] A – Formação de liderança comunitária

[.....] B – Capacitação para gestão da associação (associativismo, cooperativismo etc.)

[.....] C – Capacitação para elaboração, gestão de projetos (licitação, organização do trabalho, prestação de contas etc.)

[.....] D – Técnicas produtivas